

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO PROFESSOR JACY DE ASSIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

A REFORMA POLÍTICA COMO SOLUÇÃO PARA A CRISE INSTITUCIONAL
BRASILEIRA

Guilherme Alencar Fonseca

Uberlândia-MG
2018

Guilherme Alencar Fonseca

A REFORMA POLÍTICA COMO SOLUÇÃO PARA A CRISE INSTITUCIONAL
BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado na Faculdade de Direito Professor Jacy de Assis, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito básico para a colação de grau no curso de Direito.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Walmott Borges

Uberlândia-MG

2018

Guilherme Alencar Fonseca

A REFORMA POLÍTICA COMO SOLUÇÃO PARA A CRISE INSTITUCIONAL
BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado na Faculdade de Direito Professor Jacy de Assis, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito básico para a colação de grau no curso de Direito.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Walmott Borges

Uberlândia, _____ de março de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Walmott Borges (Orientador)

Prof. Dr. Alexandre Garrido Silva (Membro da Banca)

Dedico este trabalho a Deus e aos meus familiares, amigos e professores, que sempre estiveram ao meu lado nos momentos de dificuldade me dando toda a ajuda necessária para concluir esta etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me acompanhado durante toda a minha jornada em Uberlândia em busca da realização do meu sonho de me tornar um bacharel em Direito.

Agradeço a minha família, em especial minha mãe, Maria Inês, meu pai, Marcos Aurélio e aos meus irmãos Josué Douglas e Ana Cecília Marins Fonseca por terem me apoiado na minha decisão de sair de casa para estudar em outra cidade e por terem me auxiliado durante toda a minha faculdade em vários aspectos da minha vida.

Agradeço aos meus professores por terem me passado uma parte de seu conhecimento, algo que foi fundamental para o meu desenvolvimento acadêmico ao longo dos últimos cinco anos.

Por fim, agradeço a todos os amigos maravilhosos que fiz em Uberlândia, sem eles a minha graduação com certeza teria sido muito mais difícil, mas graças a sua amizade, eu pude desfrutar de muitos momentos de alegria e paz.

O castigo dos bons que
não fazem política é
serem governados pelos
maus

- Platão

RESUMO

A presente monografia tem por objetivo realizar um estudo sobre as crises do sistema político brasileiro, delimitando as suas causas e a maneira como elas se desenvolveram ao longo da história do País, além de apontar quais seriam as reformas necessárias no sistema eleitoral e no âmbito dos três poderes, para resolver esse problema.

A análise dos motivos responsáveis pelas crises políticas brasileiras e a discussão das reformas institucionais será feita com base na utilização do método indutivo. Dessa forma, serão observados e organizados alguns aspectos históricos e legais, a partir dos quais se formularão hipóteses de mudanças que poderiam ser feitas no âmbito político.

Quanto a técnica de pesquisa, será utilizada com maior ênfase no presente trabalho, a pesquisa bibliográfica, por meio da interpretação de livros, artigos e reportagens, com o objetivo de se constatar determinadas premissas em relação aos assuntos que serão aqui abordados.

Os resultados buscados por meio desta Monografia são encontrar os fatores considerados como os maiores responsáveis pelas crises políticas brasileiras e delimitar as Reformas na estrutura do Estado que poderiam auxiliar o País a superar esses obstáculos ao seu desenvolvimento.

O presente trabalho é relevante por trazer mais informações e argumentos ao debate já existente na sociedade brasileira sobre os rumos que o País precisa tomar para sair da crise. Além disso, ainda deve ser considerado o dever que as Universidades e os estudantes possuem de contribuir para discussões envolvendo temas relacionados ao futuro do País e ao bem-estar de todos.

Em relação a maneira como esta Monografia foi organizada, cumpre destacar que primeiramente será feita uma profunda análise histórica, em que serão apontados os fatores que foram surgindo ao longo do tempo e que corroboraram para o atual quadro de crise institucional no Brasil.

Após essa etapa, também serão delimitadas quais são as reformas necessárias nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, visando solucionar seus problemas e tirá-los do atual contexto caótico em que se encontram.

Por fim, ainda serão mostradas algumas modificações necessárias no sistema eleitoral, com o objetivo de melhorar o processo de escolha dos representantes do povo.

PALAVRAS-CHAVES: Reforma Política; Corrupção; Crise Institucional; Constitucional; Eleitoral; Cidadania.

ABSTRACT

The purpose of this monograph is to study the crises of the Brazilian political system, delimiting its causes and the way in which they have developed throughout the country's history, as well as pointing out the necessary reforms in the electoral system and in the scope of three powers, to solve this problem.

The analysis of the reasons responsible for the Brazilian political crises and the discussion of the institutional reforms will be made based on the use of the inductive method. In this way, some historical and legal aspects will be observed and organized, from which hypotheses for changes that could be made in the political sphere will be formulated.

As for the research technique, the bibliographical research will be used with greater emphasis in this work, through the interpretation of books, articles and reports, in order to verify certain premises in relation to the subjects that will be discussed here.

The results sought through this monograph are to find the factors considered as the main responsible for the Brazilian political crises and to delimit the Reforms in the structure of the State that could help the Country overcome these obstacles to its development.

The present work is relevant for bringing more information and arguments to the debate already existing in Brazilian society about the directions that the country needs to take to overcome the crisis. In addition, the duty of universities and students to contribute to discussions involving themes related to the country's future and the well-being of all must still be considered.

Regarding the manner in which this monograph was organized, it should be pointed out that a deep historical analysis will be made first, which will point out the factors that have arisen over time and which have corroborated the current institutional crisis in Brazil.

After this stage, the necessary reforms will be delineated in the Executive, Legislative and Judicial branches, aiming at solving their problems and removing them from the current chaotic context in which they find themselves.

Finally, some changes will be shown in the electoral system, with the aim of improving the process of choosing the representatives of the people.

KEY-WORDS: Political Reform; Corruption; Institutional Crisis; Constitutional; Electoral; Citizenship

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparativo entre os dados da economia dos anos 2010 e 2016.....	11
Tabela 2 - Tabela 2-Variação Anual da Inflação entre os anos de 1946-1953.....	22
Tabela 3 - Variação da Inflação e do Produto Interno Bruto, 1964-1968.....	29
Tabela 4 - Variação do IPCA e do IGPM acumulados de 1994 - 2002.....	36
Tabela 5 - Indicadores econômicos referentes ao período de 2003-2010.....	41
Tabela 6 - Variação do IPCA e do IGPM acumulados de 2003-2010.....	41
Tabela 7 - Comparativo entre os indicadores econômicos de LULA e Dilma.....	45

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	9
2 - DELINEAMENTOS TEÓRICO-BIBLIOGRÁFICOS PARA CONTEXTUALIZAÇÃO DA CRISE.....	11
2.1 – BRASIL COLONIAL.....	12
2.2 – BRASIL IMPERIAL.....	13
2.3 – PRIMEIRA REPÚBLICA.....	14
2.4 – DITADURA DE GETÚLIO VARGAS.....	19
2.5 – RETORNO À DEMOCRACIA.....	21
2.6 – DITADURA MILITAR.....	27
2.7 – REDEMOCRATIZAÇÃO.....	31
2.8 – PRINCIPAIS MOTIVOS DAS CRISES BRASILEIRAS.....	48
3- REFORMA POLÍTICA.....	49
3.1 – REFORMA DO PODER EXECUTIVO.....	49
3.2 – REFORMA DO PODER LEGISLATIVO.....	52
3.3 – REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO.....	58
3.4 - REFORMA DO SISTEMA ELEITORAL.....	61
4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
5 – REFERÊNCIAS	68

1-INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o Brasil tem atravessado uma das maiores crises políticas de sua história, provocada sobretudo pela falência do sistema de governo. Dessa forma, dia após dia a nação tem sido vítima de uma profunda crise institucional, resultado dos muitos anos de corrupção e ineficiência por parte da classe política.

Nesse contexto, diversos estudiosos têm discutido alternativas para sair da crise, antes que as instituições simplesmente parem de funcionar ou o atual modelo de democracia seja substituído por uma ditadura. Dessa maneira, esta Monografia se debruça sobre os temas relacionados aos motivos que levaram a atual crise política brasileira e quais seriam as mudanças necessárias para dar um fim a ela.

Sendo assim, o presente Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo delimitar esses fatores responsáveis pelo caos político do País, além de demonstrar as reformas que seriam necessárias para resolver esse grave problema, passando por aspectos tratados em áreas do direito Constitucional e Eleitoral.

Em relação a justificativa, cumpre destacar que o tema Reforma Política foi escolhido por estar em alta nos debates feitos no âmbito dos três poderes da República e da própria sociedade brasileira. Dessa maneira, a sua função primordial é justamente fomentar essas discussões com novos argumentos e ideias, visando alcançar principalmente o espaço acadêmico e jurídico.

O método utilizado nesta monografia foi o indutivo, de modo que primeiramente serão abordados temas mais gerais por meio uma contextualização histórica, para que posteriormente sejam analisadas questões mais específicas, como as medidas necessárias para se implementar a Reforma Política.

Quanto ao modo de pesquisa, será basicamente utilizada a revisão bibliográfica, por meio da interpretação de diversos textos, com o objetivo de se constatar determinadas premissas em relação aos assuntos aqui abordados

Para melhor organizar o trabalho, foi feita a sua divisão em dois capítulos principais com algumas subdivisões. Dessa forma, no primeiro capítulo, serão elencados quais são os motivos responsáveis pelas crises institucionais brasileiras,

por meio uma análise da história política do País, desde o seu descobrimento até o governo Temer.

No segundo capítulo será tratado a respeito das reformas necessárias para solucionar a crise política brasileira. Dessa maneira, serão abordadas as modificações que precisam ocorrer nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de algumas medidas a serem tomadas em relação ao sistema eleitoral.

Feitas essas considerações iniciais, é preciso começar a análise dos capítulos que tratam do desenvolvimento deste trabalho.

2- DELINEAMENTOS TEÓRICO-BIBLIOGRÁFICOS PARA CONTEXTUALIZAÇÃO DA CRISE

Ao se analisar o contexto político e econômico do Brasil por meio das informações que são transmitidas todos os dias pelos jornais, rádios ou internet, a única conclusão a que se pode chegar é que o País está atravessando uma crise. Um comparativo entre 2010, ano em que o Brasil registrou um crescimento do PIB de 7,5 % e 2016, ano em que o País registrou uma recessão de 3,6 % é um fato que retrata muito bem esse contraste¹. Para melhor organizar os dados do comparativo foi elaborada a seguinte tabela:

Tabela 1 - Comparativo entre os dados da economia dos anos 2010 e 2016

Quesito comparativo	2010	2016
PIB	7,5%	- 3,6%
Desemprego	7,4%	12%
Inflação	5,91%	6,29%
Dólar	R\$ 1,67	R\$ 3,25
Dívida Pública em R\$ trilhões	1,69	3,11
Resultado Primário em R\$ bilhões	58	-154
Variação da Indústria	10,2%	-6,6%
Variação do Varejo	10,9%	-6,2%
Variação da Safra	11,5%	-12,2%
Confiança do Consumidor em pontos	108,8	82,8
Confiança do Empresário em pontos	111,3	79,8
Nota do País pelas Agências de Risco-Grau de investimento	Qualidade Média	Qualidade Baixa

Fonte: Globo.com/G1. Brasil enfrenta pior crise já registrada poucos anos após um boom econômico, 2017.

Dessa maneira, o que pode se verificar é que o Brasil diminuiu significativamente o seu crescimento econômico em alguns setores, enquanto em outros, o País apresentou resultados negativos e preocupantes. Entretanto, olhando para a história do Brasil até chegar a este ponto, o que se pode verificar é que o

¹ Globo.com/G1. **Brasil enfrenta pior crise já registrada poucos anos após um boom econômico, 2017.** Disponível em :<<https://g1.globo.com/economia/noticia/brasil--enfrenta--pior-crise-ja-registrada-poucos-anos-apos-um-boom-economico.ghtml>>. Acesso em: 08 de mar. 2018.

País já viveu situações semelhantes em momentos anteriores. Dessa forma, antes de simplesmente explicar o contexto atual é necessário se fazer uma análise histórica com o objetivo de demonstrar que os motivos que levaram o País a entrar na presente crise foram construídos ao longo da própria história do Brasil, se manifestando com mais ou menos força com o passar do tempo.

2.1. – BRASIL COLONIAL

Descoberto em 22 de abril de 1500, pelas esquadras portuguesas sob o comando de Pedro Álvares Cabral, o Brasil se mostrou um lugar de grande concentração de recursos naturais muito valiosos na época. Dessa maneira, para assegurar o seu controle e domínio sobre as terras recém descobertas, Portugal estabeleceu uma série de regime autoritários, marcados pela concentração de poder e recursos financeiros nas mãos de alguns poucos privilegiados a serviço da Coroa.

Isso ocorreu porque durante esse período, o Brasil era visto somente como uma colônia que deveria suprir as necessidades da metrópole. Nas palavras do historiador João Daniel Lima de Almeida:

Existe um amplo debate sobre o sentido da colonização, mas não há dúvidas de que esse sentido era mercantil. O mercantilismo português engendrou a ocupação do território americano subordinando essa ocupação a seus interesses econômico-comerciais.²

Essa relação de dependência e subordinação prejudicou grandemente o Brasil, pois impediu que as riquezas geradas pela exploração de seus recursos naturais fossem investidas no seu próprio desenvolvimento.

Além disso, diversos grupos sociais, como os índios e depois os negros, foram utilizados como mão de obra escrava, sendo posteriormente descartados sem qualquer amparo econômico ou social, algo que ocasionou uma imensa desigualdade que perdura até os dias atuais. Nesse sentido Coimbra Jr e Santos afirmam que:

Ainda que pouco enfatizada, a discrepância verificada na distribuição de renda na população da grande maioria dos países latino-americanos atrela-se à questão étnico-racial. Isto é, via de regra, os brancos encontram-se

² ALMEIDA, João Daniel Lima de. **História do Brasil**. 1ª Edição. Brasília: FUNAG, 2013.p.17

entre os mais ricos e são maioria dentre as classes média e alta, estando os negros e índios relegados aos extratos sociais onde há mais pobreza.³

Dessa maneira, a forma como o Brasil e a América Latina foram colonizados, pautando-se na mão de obra escrava, fez com que os seus povos desenvolvessem sociedades marcadas por um profundo abismo entre os descendentes dos grupos mais vulneráveis e os dos grupos mais favorecidos. Segundo reportagem publicada no site das Nações Unidas no Brasil:

Em média, na América Latina 37% dos indígenas e 34% dos negros fazem parte dos 20% mais pobres e taxa de participação desses grupos nas camadas mais ricas equivale a aproximadamente metade dos índices calculados para os brancos⁴

2.2 – BRASIL IMPERIAL

Mesmo com a independência do Brasil em 7 de setembro de 1822 a situação social do País não se modificou, pois apesar do rompimento com a Coroa Portuguesa, o poder político e econômico permaneceu concentrado na figura do Imperador e de sua corte. Dessa maneira, o que de fato ocorreu no País foi apenas um rompimento com a sua metrópole, de modo que as suas características sociais e políticas não sofreram alterações.

Sobre esse momento histórico o jurista Lúcio Ronaldo Pereira Ribeiro destaca que :

No Brasil Império tínhamos o Poder Moderador que se sobrepunha aos demais três poderes, formando um sistema original de quadripartição dos poderes do Estado. Nas origens da formação do Estado brasileiro está também o patrimonialismo, vindo de Portugal. O patrimonialismo consiste numa forma de governar na qual o poder é fortemente centralizado nas mãos do governante e o patrimônio público é confundido com o patrimônio particular⁵

Nesse ponto do texto, cumpre destacar a formação de um dos motivos das crises políticas brasileiras, qual seja, a concentração do poder político e econômico

³ COIMBRA JR, Carlos Everaldo Alvares; SANTOS, Ricardo Ventura. **Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil**. Ciência Saúde Coletiva, v. 5, n. 1, p. 126, 2000.

⁴ ONUBR. **Indígenas, negros e mulheres são mais afetados por pobreza e desemprego no Brasil, diz CEPAL, 2016**. Disponível em :< <https://nacoesunidas.org/indigenas-negros-e-mulheres-sao-mais-afetados-por-pobreza-e-desemprego-no-brasil-diz-cepal/> >. Acesso em: 08 de mar. 2018.

⁵ RIBEIRO, Lúcio Ronaldo Pereira. **Teoria da Separação dos poderes**. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id>>. Acesso em 03 de mar.2018.

em uma pequena parcela da sociedade, uma herança direta do período em que o País foi Colônia de Portugal.

Dessa forma, enquanto as classes mais ricas da sociedade brasileira possuíam uma forte representação política e os meios de produção das riquezas, as classes mais pobres não tinham acesso a esse espaço e tampouco eram donas dos meios para prover a sua subsistência.

2.3 – PRIMEIRA REPÚBLICA

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, o Império chegou ao seu fim, entretanto, os cargos políticos e a riqueza continuaram concentrados nas mãos das classes mais favorecidas. Isso ocorreu porque processo de ruptura com o Império não contou com a participação popular, de modo que as suas demandas não foram ouvidas e tampouco atendidas pelos republicanos, nas palavras de Aristides Lobo “o povo assistiu bestializado à proclamação da República”.

Dessa maneira, apesar do rompimento com o modelo imperial, o âmbito político continuou aberto apenas para uma minoria rica, que se utilizou do aparato estatal somente para atender aos seus interesses e manter o controle sobre as classes menos favorecidas.

Nesse período, também foram criados símbolos para consolidar a aceitação da república na sociedade, dentre eles a bandeira brasileira, com a frase “Ordem e Progresso”, devido a influência do positivismo de Auguste Comte. Em que pese todo esse esforço dos republicanos, o que na verdade se verifica nesse período é que progresso chegou para apenas alguns poucos abastados e a ordem para todos os desfavorecidos.

Com a República, o Brasil também ganhou uma nova Constituição, inspirada no modelo norte-americano. Dessa forma, os Estados ganharam maior autonomia, contudo, a União não ficou totalmente sem poderes, de modo que foram atribuídos a ela os impostos de importação, organização das forças armadas e a possibilidade de intervenção nos Estados para manutenção da ordem.

Sobre a Constituição de 1891 ainda cumpre destacar que em relação as políticas sociais ela não trouxe nenhuma mudança significativa, resultado do fato de o povo não ter participado do processo de ruptura política com o Império. Sobre esse tema, João Daniel Lima de Almeida afirma que:

No plano social uma regressão. Não mencionava as obrigações que o Estado Imperial tinha assumido com a educação básica, estadualizando esta responsabilidade. Não mencionava qualquer forma de proteção ao trabalho, estimulando este debate e a formação de círculos, e movimentos trabalhistas, herdeiros do jacobinismo, já desde o início do século XX. O máximo que Ruy Barbosa, como relator informal da constituição, ao vistoriar pelo executivo os trabalhos da constituinte, fez pelo trabalhador brasileiro foi mandar queimar os registros públicos sobre a escravidão, para desespero dos historiadores. Temia processos dos antigos proprietários que reclamassem indenização República⁶

A Primeira República, apesar de ter realizado essas modificações, assim como Império, também passou por profundas instabilidades políticas e econômicas, como o Encilhamento, a Revolução Federalista e fenômenos como o coronelismo por exemplo.

Isso aconteceu porque em que pese o modelo político ter mudado a sua forma, um dos motivos provocadores das crises políticas brasileiras, qual seja, a concentração do poder político e econômico nas mãos de poucos, permaneceu presente de maneira marcante nesse período da história brasileira.

Com o início do século XX o Brasil passou por profundas modificações, inclusive na própria composição da sociedade, com a chegada de milhares de imigrantes vindos da Europa e da Ásia para trabalhar nas lavouras de café. O País também passou por um processo de industrialização e urbanização que levou a formação de novos segmentos sociais, algo que reverberou no mundo político, ainda dominado pelas oligarquias. Nas palavras de Boris Fausto:

Após a Primeira Guerra Mundial, a presença da classe média urbana na cena política tornou-se mais visível. De um modo geral, esse setor da sociedade tendia a apoiar figuras e movimentos que levantassem a bandeira de um liberalismo autêntico. Ou seja, a defesa de um governo capaz de levar a prática as normas da Constituição e das leis do país, transformando a República oligárquica em República liberal. Isso significava, entre outras coisas, eleições limpas e respeito aos direitos individuais. Falava-se de reforma social, mas a maior esperança era

⁶ ALMEIDA, João Daniel Lima de. **História do Brasil**. 1ª Edição. Brasília: FUNAG, 2013.p.269

depositada na educação do povo, no voto secreto, na criação de uma justiça eleitoral.⁷

Esse momento da história do Brasil é muito relevante, pois nele nasceram as bases de um ideal de democracia. Após ser Colônia, Império e República oligárquica, o País finalmente começou um processo de formulação de ideias mais voltadas para o bem comum. Entretanto, apesar desse fato, os motivos das crises políticas brasileiras continuaram presentes e por diversas vezes levaram o País ao caos, com destaque para um novo fator, a influência dos militares no âmbito político.

Repetindo algo que já ocorria desde a Primeira República, ao longo de todo o século XX, os militares influenciaram profundamente a política no País, um exemplo disso foi o movimento Tenentista. Segundo Boris Fausto “O movimento ficou assim conhecido porque teve como suas principais figuras oficiais de nível intermediário do Exército – tenentes em primeiro lugar e capitães”⁸.

Essa presença dos militares no âmbito político mostrou-se como um dos motivos das crises brasileiras por não permitir que as instituições democráticas evoluíssem para dar respostas a sociedade em momentos de dificuldade. Dessa forma, durante o século XX, em todas as ocasiões em que a democracia sofreu algum abalo, os militares intervieram, não permitindo que os próprios mecanismos democráticos se manifestassem para salvar o sistema.

Um fato que comprova essa tese foi a Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas foi colocado no poder por meio de uma intervenção militar, apesar de as eleições presidenciais terem dado a vitória ao candidato Júlio Prestes. Dessa maneira, o que se pode verificar é que em um momento no qual o País estava passando por uma grave crise econômica, que abalou o regime democrático, as soluções que a própria democracia oferece, como as eleições por exemplo, foram simplesmente descartadas, em virtude do intervencionismo militar na política.

Em relação a Revolução de 1930, também pode ser destacado um outro fator que provoca as crises políticas brasileiras, a apropriação do Estado para a defesa de interesses classistas. Dessa maneira, o aparato estatal, além de ter sido tomado de

⁷ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.p.305

⁸ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.p.307

uma forma que não respeitou a vontade da maioria, consubstanciada no resultado das eleições, ainda foi posteriormente utilizado para servir aos propósitos de uma minoria, deixando os demais setores da sociedade brasileira à mercê da própria sorte ou sob o domínio daqueles que tomaram o Poder.

Um exemplo disso foi a utilização por parte de Getúlio Vargas das leis trabalhistas para submeter a classe trabalhadora aos interesses dos governantes. Dessa maneira, algumas reivindicações dos trabalhadores foram atendidas pelo Estado, mas em contrapartida, os seus sindicatos foram submetidos ao controle do Governo, com o objetivo de evitar que os operários se organizassem politicamente. A esse respeito, Boris Fausto destaca que:

O governo se atribuiu um papel de controle da vida sindical, determinando que funcionários do ministério assistiriam às assembleias dos sindicatos. A legalidade de um sindicato dependia do reconhecimento ministerial, e este poderia ser cassado quando se verificasse o não cumprimento de uma série de normas⁹

Apesar de tomar essas precauções, Getúlio Vargas enfrentou muitos problemas em seu Governo, em virtude da presença de um dos motivos das crises políticas brasileiras, inclusive já destacado anteriormente, qual seja, a concentração de poder nas mãos de alguns poucos privilegiados. Dessa forma, devido a falta de representatividade política, alguns setores da sociedade se opuseram fortemente ao Governo Vargas, de modo que a estabilidade social do País ficou profundamente comprometida.

A título de exemplo pode ser citado um movimento que nasceu em 1932, no Estado de São Paulo, que ficou conhecido como Revolução Constitucionalista e reivindicava a elaboração de leis para organizar a estrutura do Governo e do Processo Eleitoral, algo que não era do interesse de Vargas, pois o quadro político brasileiro, da forma como estava naquele momento, lhe favorecia.

Após confrontos que culminaram com a morte dos estudantes Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, a disputa entre oposicionistas e Governo se acirrou. Dessa maneira, o conflito evoluiu para um confronto armado que durou cerca de 3 meses e terminou com a derrota dos paulistas.

⁹ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.p.183

Em relação a Revolução Constitucionalista de 1932, também é importante destacar que dela participaram ativamente os setores oligárquicos, que na verdade queriam apenas retomar o seu poder, perdido para Vargas em 1930.

Isso deixa bastante claro o fato de que até esse momento de sua história política, o Brasil possuía uma forte concentração de poder nas mãos de poucos indivíduos, que inclusive em algumas circunstâncias disputavam o controle do Estado entre si e usavam até mesmo das armas para tomá-lo a força de seus adversários. Para Boris Fausto:

A guerra paulista teve um lado voltado para o passado e outro voltado para o futuro. A bandeira da constitucionalização abrigou tanto os que esperavam retroceder as formas oligárquicas de poder como os que pretendiam estabelecer uma democracia liberal no País.¹⁰

Após ocorrerem todos esses fatos, Vargas cedeu ao apelo de São Paulo e uma nova Constituição foi promulgada em 1934. Nas palavras de Boris Fausto, essa Constituição “ Se assemelhava a de 1891 ao estabelecer uma República federativa, mas apresentava vários aspectos novos, como reflexo das mudanças ocorridas no País”. Outro fato também importante ocorrido ainda em 1934 foi a eleição indireta de Getúlio Vargas como Presidente da República.

Nesse ponto da história política do Brasil, mais um dos motivos de suas crises pode ser destacado, qual seja, a falta de alternância no poder. Dessa forma, desde a Proclamação da República até as eleições indiretas que elegeram Vargas Presidente, o País ainda não havia passado por uma profunda alternância do poder político que fosse capaz de possibilitar uma participação mais efetiva dos extratos sociais menos favorecidos.

Dessa maneira, o controle do Estado permanecia sempre entre os mesmos setores da sociedade, como militares, latifundiários e industriais, o que aumentou significativamente o abismo existente entre esses grupos, que participavam efetivamente da política, e aqueles que não possuíam condições de ingressarem nesse espaço.

¹⁰ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.p.350

2.4-DITADURA DE GETÚLIO VARGAS

Com a promulgação da Constituição de 1934, criou-se uma esperança de que no futuro, o Brasil se tornaria uma grande democracia e que aqueles que não possuíam voz até esse momento, teriam a oportunidade de reivindicar e exercer seus direitos.

Entretanto, em 1937, Getúlio Vargas, apoiado pelo General Góes Monteiro, deu um golpe de Estado, dando início a um período de autoritarismo que duraria até 1945. Dessa maneira, o projeto de uma democracia brasileira, com menos centralização do poder nas mãos dos grupos que sempre o ocuparam para utilizá-lo na defesa seus interesses, foi postergada, e o País entrou novamente em um período de autoritarismo.

Nesse momento da história do Brasil, novamente pode se destacar a influência dos militares na política, consubstanciada no apoio a Vargas. Dessa maneira, o poder não só foi centralizado na figura de um líder autoritário, como a sua base de sustentação foi formada com uma participação fundamental das Forças Armadas. Segundo Boris Fausto:

Já nos referimos ao grande papel desempenhado pelas Forças Armadas. Sua influência se exerceu através dos vários organismos técnicos que proliferaram no Estado Novo, através dos estados-maiores e do Conselho de Segurança Nacional (CSN). A atribuição dada ao CSN de estudar todas as questões relativas à segurança nacional foi tomada em sentido amplo. Com isso, o conselho assumiu um papel importante nas decisões econômicas.¹¹

Estas mudanças políticas, econômicas e sociais também reverberaram no âmbito jurídico. Dessa forma, Getúlio Vargas referendou uma nova Carta Magna, que foi elaborada por Francisco Campos e possuía inspiração na Constituição da Polônia, de caráter autoritarista. Assim, Vargas conseguiu centralizar profundamente o poder, de modo que o Estado brasileiro assumiu feições praticamente ditatoriais. Sobre esse momento histórico, Boris Fausto destaca que:

O Estado Novo concentrou a maior soma de poderes até aquele momento da história do Brasil independente. A inclinação centralizadora, revelada desde os primeiros meses após a Revolução de 1930, realizou-se plenamente. Os Estados passaram a ser governados por interventores, eles

¹¹ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.p.368

próprios controlados a partir de um decreto-lei de abril de 1939, por um departamento administrativo¹²

O período da ditadura de Vargas foi marcado pela perseguição política aos seus opositores, inclusive com a utilização da tortura como um meio de se obter informações. A imprensa também sofreu um severo controle por parte do Governo, principalmente por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda, criado em 1939, que além de censurar as informações que poderiam vir a público, também serviu como um mecanismo de divulgação dos ideais de Vargas.

Para não perder o controle sobre a classe trabalhadora, assim como para evitar que ela se aproximasse da ideologia comunista, Vargas também promoveu novas mudanças nas leis trabalhistas. Dentre as modificações mais relevantes, pode-se citar a criação da Justiça do Trabalho e da Consolidação das Leis Trabalhistas. Dessa forma, inspirado no modelo fascista italiano, Vargas colocou todos os setores da sociedade sob seu controle, sendo que cada um deles deveria funcionar segundo as suas especificidades para contribuir em prol de algo maior.

No âmbito econômico, pode-se destacar a utilização do nacional-desenvolvimentismo, caracterizado pela promoção de políticas voltadas para a criação de empregos e aumento da atividade industrial. Nesse contexto, foram criadas importantes indústrias como a Companhia Siderúrgica Nacional em 1941 e a Companhia Vale do Rio Doce em 1942. Também foi posto em prática um projeto que ficou conhecido como “Marcha para o Oeste”, que visava que o País se desenvolvesse nas regiões Centro-oeste e Norte.

Apesar das reformas que se propôs a fazer, o governo Vargas manteve como uma de suas principais características a concentração do poder, algo que já foi apontado anteriormente como um dos maiores motivos das crises políticas brasileiras. Dessa maneira, principalmente devido a esse fator, com o passar do tempo, o apoio a Vargas foi se desgastando e quando a sua permanência na chefia do Estado se tornou insustentável, ele foi deposto pelo General Góis Monteiro, seu antigo aliado político, que o havia conduzido ao poder 15 anos antes.

¹² FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.p.199

2.5 – RETORNO À DEMOCRACIA

Com a saída de Vargas, o governo foi entregue ao Presidente do Supremo Tribunal Federal. Posteriormente, novas eleições foram realizadas e Eurico Gaspar Dutra sagrou-se vencedor, assumindo a presidência em 1946. Como o País havia modificado o seu regime político, voltando a ser uma democracia, havia a necessidade de se elaborar uma nova Constituição, que fosse condizente com a nova situação do Brasil, o que ocorreu ainda no ano de 1946. A respeito dessa Constituição, Boris Fausto destaca que:

Sem dúvida, a Constituição se afastava da Carta de 1937, optando pelo figurino liberal-democrático. Em alguns pontos, entretanto, abria caminho para a continuidade do modelo corporativo. O Brasil foi definido como uma República federativa, estabelecendo-se as atribuições da União, Estado e municípios. Fixaram-se também as atribuições dos três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. O poder seria exercido pelo presidente da República, eleito por voto direto e secreto para um período de cinco anos.¹³

O governo Dutra se propôs a seguir o exposto na Constituição de 1946, entretanto, em muitos aspectos esse governo em nada se diferenciava do período da ditadura de Getúlio Vargas. Um fato que comprova isso é a cassação do registro do Partido Comunista em 1947. Dessa forma, o que se pode concluir é que apesar de se apresentar como democracia, o Governo brasileiro ainda possuía características típicas dos regimes autoritários, como a perseguição aos seus opositores ou a qualquer um que representasse um risco aos seus interesses.

Em 1950 são realizadas novas eleições presidenciais, nesse cenário o que se pode destacar é que mais uma vez um dos outros grandes motivos das crises políticas brasileiras, qual seja, a falta de alternância no poder, esteve presente de forma marcante, pois a eleição foi disputada por velhos conhecidos da política brasileira como Eduardo Gomes e Getúlio Vargas. Após o pleito, valendo-se de todo o aparato que havia construído ao longo de todos os anos em que permaneceu no poder, Getúlio Vargas sagrou-se vencedor nas eleições presidenciais, assumindo o comando do País em 1951.

¹³ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.p.399

Vargas tentou conciliar os diferentes tipos de forças ideológicas que estavam presentes na sociedade brasileira e nas forças armadas naquele período. De um lado, estavam os nacionalistas, que queriam que o Brasil se desenvolvesse pautado em fortes investimentos estatais em áreas estratégicas como energia, combustíveis, transportes e comunicações. Do outro lado, estavam aqueles que eram chamados pejorativamente de “Entreguistas” e que desejavam que o Estado não intervisse na economia e que o País se abrisse para o capital estrangeiro, inclusive nas áreas de interesse nacional.

Além dessas questões, Vargas também teve que lidar com as demandas oriundas das classes operárias dos grandes centros urbanos, que viram o seu poder de compra diminuir em virtude da alta da inflação. A tabela abaixo mostra a variação da inflação dentro desse período:

Tabela 2-Variação Anual da Inflação entre os anos de 1946-1953

Ano	Inflação/Variação %
1946	22,6
1947	2,7
1948	8,3
1949	12,2
1950	12,4
1951	11,9
1952	12,9
1953	20,8

Fonte: Wanderley Guilherme dos Santos, Que Brasil é este? Manual de Indicadores Políticos e Sociais Rio de Janeiro, UPERJ/Vertice, 1990, p.40.

Dessa forma, considerando esse aumento inflacionário que afetava sobretudo os setores mais pobres da sociedade, Vargas precisava tomar alguma providência. Contudo, ao tentar estabelecer medidas para socorrer o operariado, o Presidente foi duramente criticado e até mesmo acusado de estar tramando um golpe com o objetivo de tornar o Brasil um País comunista.

As críticas e acusações contra Vargas partiam principalmente de Carlos Lacerda, integrante da União Democrática Nacional (UDN), que devido a sua grande influência junto à imprensa, conseguia propagar os seus discursos para um grande número de pessoas, expondo o Presidente a uma enorme pressão política.

Como se não bastasse, a situação de Vargas ainda foi de mal a pior em 5 de agosto de 1954, quando o seu maior opositor, Carlos Lacerda, foi vítima de um atentado que culminou na morte de seu guarda-costas, o major da força aérea Rubens Vaz. Feitas as investigações, a conclusão a que se chegou foi que o mandante do crime teria sido Gregório Fortunato, o responsável pela segurança do Presidente. A partir desse episódio, as bases de sustentação do Governo que já estavam muito enfraquecidas praticamente ruíram, deixando o Presidente completamente vulnerável.

Pressionado a renunciar e complementemente acuado pelos seus opositores, Vargas resolve tomar uma atitude radical e comete suicídio em 24 de agosto de 1954, deixando uma carta-testamento que causaria grande comoção nacional. Segundo Boris Fausto:

O suicídio de Getúlio teve efeito imediato. A massa saiu às ruas em todas as grandes cidades, atingindo os alvos mais expressivos de seu ódio: caminhões que carregavam a edição do jornal antigetulista *O Globo* foram queimados e houve tentativas de tomar de assalto a representação diplomática dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro.¹⁴

Com a morte de Vargas assume a presidência Café Filho, seu vice-presidente, até que novas eleições fossem realizadas.

Considerando esse acontecimento histórico, é importante destacar o surgimento de um novo aspecto responsável pelas crises políticas brasileiras, qual seja, a influência estrangeira em assuntos de interesse nacional. Dessa forma, ao longo de todo o século XX, por diversas vezes, o Brasil foi influenciado a tomar decisões até mesmo prejudiciais para o seu próprio povo, em virtude da ingerência de outros Países em sua política interna.

Cumprir destacar que após a Segunda Guerra Mundial o Mundo ficou dividido entre os Estados Unidos e seus aliados, adeptos do sistema capitalista e a União Soviética e seus aliados, adeptos do Comunismo. Dessa forma, todas as demais nações do Planeta deveriam escolher a quem vincular-se. Nesse contexto, o Brasil devido a sua importância estratégica para ambos os lados, foi um palco de disputa entre os comunistas e os capitalistas.

¹⁴ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.p.418

Em relação ao governo Vargas, cumpre destacar que essa disputa também pode ser considerada como um dos motivos da sua desestabilização, pois em meio a uma grave crise econômica, o Presidente ainda teve que se equilibrar para acalmar os debates acirrados na sociedade, na mídia e dentro do próprio Estado, entre os simpatizantes do bloco comunista e os do bloco capitalista.

Dessa forma, tendo como base esse momento histórico, assim como outros que ainda serão vistos ao longo desse trabalho, como o Golpe de 1964 por exemplo, a influência estrangeira em assuntos de interesse nacional mostra-se como um dos fatores que também contribui para as crises brasileiras por gerar a instabilidade política e por fomentar a tomada do poder por meio de alternativas não democráticas.

Após serem realizadas novas eleições, Juscelino Kubitschek é eleito presidente da república, a vice-presidência é conquistada por João Goulart. Antes mesmo de tomarem posse, o Governo já estava passando por turbulências, em virtude de um movimento para que ambos não assumissem os seus cargos. Dessa forma, novamente os militares intervêm na política brasileira, agora sob o comando do general Lott, para garantir que Juscelino e João Goulart pudessem assumir o Governo, o que ocorreu em 1956.

Mesmo após o início do Mandato de Kubitschek, a influência militar na política continuou forte, assim como já havia acontecido anteriormente com Vargas. De acordo com Boris Fausto:

O presidente tratou de atender reivindicações específicas da corporação militar, no plano dos vencimentos e de equipamento. Tratou também de manter, tanto quanto possível, o movimento sindical sob controle. Além disso, acentuou-se a tendência de indicar militares para postos governamentais estratégicos.¹⁵

No plano econômico, o Governo Kubitschek foi pautado no programa de metas, que estabelecia o desenvolvimento de 31 projetos em setores estratégicos como energia e transportes e que envolvia o fato mais marcante da história desse período, a construção de Brasília, cidade que se tornaria a capital do País.

¹⁵ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.p.424

O Governo Kubitschek foi marcado por um processo crescente de industrialização, provocado pelo desenvolvimento da indústria automobilística e pela construção de Brasília. Entretanto, devido aos gastos para construir a capital do País, somados a outros fatores como a compra de café para evitar o declínio de seus preços no mercado exterior e a concessão de crédito a juros muito baixos para o setor privado, a inflação aumentou de maneira exorbitante.

Perante esse problema, que já havia se mostrado como um fator corrosivo da estabilidade política, vide o Governo Vargas, Kubitschek tentou procurar auxílio no Fundo Monetário Internacional – FMI. Entretanto, as negociações com o Fundo foram rompidas em 1959 e a responsabilidade de dar uma resposta para a questão inflacionária foi deixada para o Presidente que vencesse as eleições seguintes, marcadas para o ano de 1960.

As eleições foram realizadas e Jânio Quadros foi eleito Presidente da República, a vice-presidência ficou com João Goulart. O governo de Jânio durou pouquíssimo tempo devido à falta de apoio político por parte do Congresso Nacional, somado a instabilidade econômica, o que levou Jânio a renunciar em 1961. Sobre o seu governo, Boris Fausto destaca que:

O presidente vinha administrando o país sem contar com uma base política de apoio. O PSB e PTB dominavam o Congresso; Lacerda passara para a oposição, martelando suas críticas a Jânio com a mesma veemência com que o apoiara. A UDN tinha várias razões de queixa. O presidente agia praticamente sem consultar a liderança udenista no Congresso. Além disso, a política externa independente causava preocupações, assim como a simpatia presidencial pela reforma agrária¹⁶

Perante a renúncia de Jânio, deveria assumir a presidência João Goulart, entretanto, o político enfrentou grandes dificuldades pois a sua ligação com setores da esquerda provocou profundos ressentimentos entre os conservadores e os militares. Sob muita pressão, João Goulart assumiu a presidência em 7 de setembro de 1961, contudo os seus poderes foram limitados, pois havia sido instalado o sistema parlamentarista de Governo.

O governo de João Goulart foi marcado pela proposta de serem realizadas as Reformas de Base, um conjunto de medidas socioeconômicas que teriam um profundo impacto no Brasil. A respeito desse tema é importante destacar o que diz

¹⁶ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.p.236

Boris Fausto, no sentido de que “ [...] as reformas de base não se destinavam a implantar uma sociedade socialista. Eram apenas uma tentativa de modernizar o capitalismo e reduzir as profundas desigualdades sociais do País”¹⁷.

Entretanto, esse não foi o entendimento que prevaleceu entre as elites brasileiras, que viram em João Goulart um líder que poderia levar o País a se tornar parte do bloco comunista, visão também compartilhada pelas Forças Armadas.

Em 1963 um plebiscito pôe fim ao parlamentarismo, de modo que João Goulart agora se tornaria chefe de Estado e chefe de Governo. Nesse momento, um antigo problema que havia causado muita instabilidade política no período Vargas e no período Kubitschek veio à tona mais uma vez, a inflação. De acordo com Boris Fausto, durante esse período “houve uma escalada da inflação, cujo índice anual passou de 26,3% em 1960, para 33,3% em 1961 e 54,8% em 1962”¹⁸.

Para combatê-la, o Governo elaborou o Plano Trienal, que tinha por objetivo resolver os problemas econômicos do País, sem comprometer as reformas necessárias para diminuir as mazelas sociais. O plano envolvia medidas impopulares tanto para as elites, quanto para as classes menos favorecidas. Dessa maneira, tendo em vista que nenhum dos dois lados se dispôs a abrir mão alguns de seus benefícios em prol de um bem maior, qual seja, a recuperação da economia, o plano fracassou.

Outro problema que já existia na sociedade brasileira desde o Governo Vargas e que se agravou grandiosamente durante o período de João Goulart no poder, foi a influência estrangeira nos assuntos de interesse nacional e o acirramento do debate entre comunistas e capitalistas.

Isso ocorreu porque o Mundo também estava vivendo um contexto de conflito entre essas duas correntes ideológicas em virtude da guerra fria. A respeito desse tema, Eric Hobsbawm destaca que:

A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os

¹⁷ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.p.448

¹⁸ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.p.243

governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência — a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra — e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética¹⁹

Dessa forma, sob a influência de fatores que já haviam provocado grandes crises políticas em momentos anteriores da história do Brasil, como a alta da inflação e a influência dos militares na política, somados a outras questões, como o agravamento da disputa pelo poder entre os comunistas e capitalistas, o Governo de João Goulart foi totalmente comprometido, assim como uma saída democrática para a crise política que assolava o País.

2.6 – DITADURA MILITAR

Dessa maneira, considerando a pulverização da base de apoio de João Goulart ao longo do seu mandato e perante a especulação de que o Brasil estaria à beira de se tornar um País socialista é deflagrado pelos militares o Golpe de 1964, que pôs fim ao sistema democrático.

Nessa etapa da história do Brasil também é possível se apontar mais alguns motivos das crises brasileiras. O primeiro deles é a desigualdade social, que divide a sociedade entre ricos e pobres e coloca entre ambos os lados um verdadeiro abismo. Dentro desse contexto, o diálogo entre esses dois extremos da sociedade não existe e o conflito entre eles é praticamente inevitável. Isso é algo possível de se verificar de maneira muito clara nesse período, pois os mais ricos, inconformados com as reformas que beneficiariam aos mais pobres, simplesmente tomaram o poder por meio dos militares, a fim de salvaguardar seus privilégios.

Essa falta de diálogo entre as diferentes classes sociais do Brasil, também pode ser apontada como algo que causa muita instabilidade e dificuldade na solução dos problemas políticos e econômicos que afetam a toda a sociedade. Isso ocorre, pois tanto as classes mais altas quanto as classes mais baixas não querem abrir

¹⁹ HOBBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.p. 179

mão de absolutamente nada e tentam a todo o momento fazer com que o prejuízo das crises seja pago exclusivamente por um dos lados e não por toda a coletividade.

Se tanto os ricos quanto os pobres dialogassem para solucionar os problemas que assolam a toda a sociedade e ambos os lados abrissem mão de algo em prol de um bem maior, seriam encontradas soluções para os seus problemas de maneira muito mais rápida e eficaz.

Outro fator que também contribui muito para as crises brasileiras e que pode se verificar tanto no período que antecede a ditadura militar quanto durante a sua vigência é o radicalismo na política. Se dentro da sociedade já não há diálogo, na política esse problema se mostra ainda mais grave, pois tanto a direita quanto a esquerda possuem projetos para o País, que ao seu ver, só podem ser executados segundo as suas ideologias.

Dessa forma, questões importantes que poderiam ser solucionadas por meio de acordos entre os adeptos dessas correntes ideológicas visando o bem comum, nunca saem do papel, pois as duas vertentes se preocupam mais em destruir uma a outra, do que em construir algo em prol da sociedade. E quando os ânimos se exaltam, o debate é simplesmente deixado de lado, para dar lugar aos conflitos armados e golpes como o de 1964.

Destacadas mais essas características que contribuem para as crises brasileiras, é necessário continuar a análise histórica com o objetivo de encontrar novos fatores e passar para as considerações finais desse primeiro capítulo.

A ditadura militar no Brasil durou de 1964 a 1985, foram ao todo 21 anos de autoritarismo e ruptura completa com a democracia. Esse período pode ser caracterizado dentre outros aspectos pela perseguição a todos aqueles que eram considerados opositores do regime e, portanto, perigosos do ponto de vista da doutrina da “segurança nacional”; pela censura à imprensa e a liberdade de expressão e pela concentração de quase todas as atribuições do Estado no poder Executivo, sendo que os demais poderes, caso existissem, funcionariam como meros coadjuvantes. Nas palavras de Boris Fausto:

As diferenças entre o regime representativo, vigente entre 1945 e 1964, e o regime militar são claras. Quem manda agora não são os políticos profissionais, nem o Congresso é uma instância decisória importante.

Mandam a alta cúpula militar, os órgãos de informação e repressão, a burocracia técnica de Estado.²⁰

A chefia do País ficou a cargo dos Generais-Presidentes, que governaram o Brasil por meio de decretos-leis e Atos Institucionais. Ao todo foram 5 Generais-Presidentes, quais sejam, Castelo Branco, Arthur da Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo.

No Âmbito econômico, o Governo manteve o foco em controlar a inflação, cortar gastos e fazer a economia crescer por meio da realização de grandes obras de infraestrutura e da restrição aos direitos trabalhistas. Essas medidas surtiram efeito nos primeiros anos da ditadura militar, principalmente em virtude do sacrifício que as classes mais vulneráveis tiveram que fazer em prol da recuperação econômica do País. A tabela abaixo mostra os dados da inflação e do PIB nesse período.

Tabela 3 - Variação da Inflação e do Produto Interno Bruto, 1964-1968

Ano	Inflação Variação %	Produto Interno Bruto Variação Anual %
1964	91,9	2,9
1965	34,5	2,7
1966	38,8	3,8
1967	24,3	4,8
1968	25,4	11,2

Fonte: Wanderley Guilherme dos Santos (Coord.), Que Brasil é este?, pp.38 e 40.

Outro acontecimento importante para a economia do País foi o chamado “milagre brasileiro”, segundo Boris Fausto:

O período chamado “milagre” estendeu-se de 1969 a 1973, combinando o extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação. O PIB cresceu na média anual, 11,2%, tendo seu pico em 1973, com uma variação de 13%. A inflação média anual não passou de 18%.²¹

Esse “milagre” aconteceu principalmente graças ao aumento do investimento de capital estrangeiro no setor industrial do Brasil, além da maior disponibilidade de crédito junto as grandes potências e bancos internacionais, algo que possibilitou aos ditadores financiar grandes projetos por todo o País.

²⁰ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.p.513

²¹ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.p.485

Entretanto, em que pese os momentos de crescimento econômico, a economia brasileira não demorou muito para apresentar problemas. Entre 1973 e 1974, o preço do petróleo, um produto fundamental para a economia do País, subiu cerca de 400 %, devido aos aumentos estabelecidos pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo - OPEP. Dessa maneira, a balança comercial do País ficou profundamente comprometida, considerando o fato de que o Brasil precisou importar petróleo a preços altíssimos, a fim de manter a sua economia em funcionamento.

No plano internacional a situação do Brasil também se agravou muito devido a diminuição dos investimentos estrangeiros e a restrição aos empréstimos ao longo do fim da década de 1970 e início dos anos 1980. Assim, a economia do País entrou em recessão e as taxas inflacionárias e o desemprego subiram novamente, o que afetou o poder de compra e a subsistência de milhões de brasileiros. Segundo Boris Fausto:

A recessão de 1981-1983 teve pesadas consequências. Pela primeira vez desde 1947, quando os indicadores do PIB começaram a ser estabelecidos, o resultado em 1981 foi negativo, assinalando queda de 3,1%. Nos três anos, o PIB teve um declínio médio de 1,6%. Os setores mais atingidos foram as indústrias de bens de consumo durável, como, por exemplo, os eletrodomésticos de bens de capital, concentradas nas áreas mais urbanizadas do País. O desemprego nessas áreas tornou-se um problema sério. Calcula-se que o declínio da renda foi mais grave do que o ocorrido nos anos seguintes à crise de 1929²²

Os abalos econômicos fizeram com que o quadro político do País também se desestabilizasse. Dessa maneira, todos os problemas que a ditadura vinha cobrindo ao longo dos anos por meio da censura e o seu discurso de primeiro fazer o bolo crescer para somente depois reparti-lo, se tornaram o estopim de uma profunda indignação popular, que rapidamente conseguiu mobilizar as massas pela busca do retorno à democracia.

Ainda cumpre destacar que as características motivadoras das crises políticas também estiveram presentes durante a ditadura militar, inclusive podendo ser apontadas como uma das principais razões de seu enfraquecimento e término.

²² FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.p.502

Dentre os aspectos que podem ser destacados, verifica-se a concentração dos poderes na figura do chefe do Executivo, a forte presença dos militares na política, a ausência de alternância no poder, a influência estrangeira em questões estratégicas que diziam respeito fundamentalmente ao Brasil e por fim, o aumento da inflação depois da crise do Petróleo.

Dessa forma, considerando as informações expostas no parágrafo anterior verifica-se que independentemente de serem democráticos ou não, a história do Brasil comprova que os Governos que reúnem as características que tem sido mostradas ao longo desse texto, estão fadados a crise e ao fracasso.

Dessa maneira, considerando tudo o que se pode analisar e apreender com a história do Brasil, esses mesmos erros podem ser evitados pelos políticos brasileiros no futuro, a fim que não ocorram quaisquer problemas em seu campo de atuação.

Voltando ao tema da ditadura militar, destaca-se também que ela terminou por meio de um lento processo de abertura política que teve início no governo de João Baptista Figueiredo e estendeu-se até a eleição indireta de Tancredo Neves como presidente da República no ano de 1985.

2.7 – REDEMOCRATIZAÇÃO

A eleição de Tancredo como presidente, mesmo que por meio de eleições indiretas, contrariando os apelos populares pelo voto direto através da campanha pelas “diretas já”, representava para os brasileiros a esperança de que agora o País iria mudar e se consolidar como democracia, tendo como marco de seu início um político que era muito considerado por toda a sociedade.

Entretanto, todas as esperanças depositadas sobre Tancredo se esvaíram em 21 de abril de 1985, quando, em virtude de uma doença, o Presidente veio a óbito. Dessa maneira, assumiu o cargo o seu substituto, José Sarney, que governou o País de 1985 a 1989.

O governo Sarney representou um período modificações na estrutura do Estado brasileiro, entre as modificações que podem ser destacadas aponta-se o desmonte de grande parte do aparelho repressor do período da ditadura militar, com o fechamento de diversos departamentos, a abertura política por meio da liberação

dos partidos e a realização de eleições e por fim, a elaboração de uma nova constituição, para refletir o momento político e social do País.

No plano econômico, o governo Sarney caracterizou-se pela realização de diversas medidas, cujo o objetivo era combater um inimigo conhecido dos brasileiros e já apontado como um dos maiores motivos das crises do País, a inflação. Dessa forma, foi desenvolvido em 1986 o “Plano Cruzado”, que consistia na criação de uma nova moeda, além do congelamento dos salários e preços dos produtos e em 1988 e 1989 foram lançados outros dois planos.

Apesar de todo o esforço do Governo para conter a inflação, os seus níveis somente aumentaram durante todo esse período, algo que causou uma profunda instabilidade política no País. Em 1986, ano em que foi lançado o plano cruzado, o índice inflacionário chegou a 17,5%.²³

Entretanto, mesmo em um contexto de profundos problemas políticos e econômicos, foi realizada uma Assembleia Nacional Constituinte, que culminou com a promulgação de uma nova Constituição no ano de 1988. A seu respeito, Boris Fausto destaca que:

Com todos os seus defeitos, a Constituição de 1988 refletiu o avanço ocorrido no País especialmente na área da extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e as chamadas minorias. Entre outros avanços, reconheceu-se a existência do direitos e deveres coletivos, além dos individuais.²⁴

Sobre esses direitos consagrados pela Constituição de 1988, fruto de uma luta de vários segmentos sociais durante séculos, tanto no Brasil quanto no Mundo, ainda vale destacar o que diz Norberto Bobbio no sentido de que:

Os direitos do homem, apesar de terem sido considerados naturais desde o início, não foram dados de uma vez por todas. Basta pensar nas vicissitudes da extensão dos direitos políticos. Durante séculos não se considerou de forma alguma natural que as mulheres votassem. Agora, podemos também dizer que não foram dados todos de uma vez e nem conjuntamente. Todavia, não há dúvida de que as várias tradições estão se aproximando e formando juntas um único grande desenho da defesa do homem, que compreende os três bens supremos da vida, da liberdade e da segurança social.²⁵

²³ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.p.521

²⁴ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.p.525

²⁵ BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2004.p.93

Dessa maneira, pode se dizer que a Carta Magna representou para o Brasil um avanço significativo em muitas áreas que até então nunca haviam sido objeto de debate político, devido ao fato de serem importantes somente para as classes menos favorecidas. Assim, muitas novas demandas e desafios foram criados e inseridos dentro dos deveres e projetos do Estado brasileiro.

Com o término do Governo Sarney, foram realizadas novas eleições presidenciais, algo que não ocorria no Brasil desde 1960. Uma grande quantidade de políticos ligados as mais variadas correntes ideológicas se candidatou ao cargo de presidente, sendo que se sagrou vencedor do pleito em segundo turno Fernando Collor de Melo.

Apesar de Collor ter se apresentado como uma nova força para a política brasileira, motivo pelo qual conseguiu se eleger, os problemas que o jovem Presidente teve que enfrentar em seu Governo, não tinham absolutamente nada de novo. Nesse período, inimigos conhecidos dos brasileiros como a inflação e o desemprego, fizeram com que a economia do País passasse por sérios problemas.

Dessa maneira, tendo em vista o que já foi apontado anteriormente no sentido de que a inflação é um dos grandes geradores da instabilidade política, Collor tratou de desenvolver um projeto para solucionar essa questão e garantir a sobrevivência de seu mandato.

Esse conjunto de medidas ficou conhecido como “Plano Collor”, que consistia no bloqueio dos valores depositados nas cadernetas de poupança, além de outras aplicações, no congelamento de preços, nos cortes de gastos, na realização de privatizações e na abertura da economia brasileira para o capital estrangeiro.

Apesar de todas essas ações, a economia brasileira não se reergueu e a inflação aumentou absurdamente. Nas palavras de João Daniel Lima de Almeida:

O Plano Collor não foi capaz de acabar com a inflação e aumentou a recessão brasileira. A economia brasileira diminuía e a inflação crescia – chegou a 1.200 % ao ano – enquanto o Presidente midiático que pilotava caças e carros de Fórmula 1 e fazia corridas mantidas pelo Palácio

começou a ser bombardeado por escândalos de corrupção que arranharam sua imagem de campanha de “caçador de marajás”.²⁶

Dessa maneira, a inflação, que já foi mostrada exaustivamente ao longo desse texto como um dos grandes motivos das crises políticas brasileiras, somada aos escândalos de corrupção, fizeram com que a governabilidade do País se perdesse completamente, motivo que levou o presidente Collor a renunciar o seu mandato em 1992, também com o objetivo de evitar a cassação de seus direitos políticos, o que mesmo assim acabou ocorrendo por meio de decisão do Senado.

A respeito do governo Collor, cumpre destacar que analisando-o é possível se verificar dois outros motivos das crises políticas brasileiras, o primeiro deles é a corrupção, algo totalmente reprovável e inaceitável, mas que sempre esteve profundamente arraigado ao modo de se fazer política no Brasil.

O segundo motivo que pode ser destacado e que inclusive pode ser considerado como responsável em parte também pelo fracasso de Jânio Quadros em 1961, é a ausência de um apoio forte da Câmara dos Deputados e do Senado ao Presidente.

Fernando Collor era o candidato de um conjunto de partidos muito pequenos, que não conseguiram dar ao Presidente o auxílio necessário no Poder Legislativo, para conduzir o País de uma maneira mais eficiente. Dessa forma, Collor teve que enfrentar todos os problemas que abalaram o seu governo praticamente sozinho, permanecendo isolado na presidência da República até a sua renúncia, algo muito semelhante ao ocorrido com Jânio Quadros.

Dessa maneira, é possível concluir que no presidencialismo de coalizão, modelo caracterizado pela ajuda recíproca e troca de interesses entre a Presidência, a Câmara e o Senado, uma base de apoio sólida e grande o suficiente para aprovar projetos é algo fundamental para que se tenha alguma governabilidade. A respeito desse tema João Daniel Lima de Almeida argumenta que:

Pode-se novamente tecer uma comparação entre o governo Jânio Quadros e o governo Fernando Collor de Melo três décadas depois. Ambos encerrados prematuramente, ambos eleitos por partidos pequenos, sem base parlamentar. Jânio demonstrava seu desprezo pelos políticos em geral

²⁶ ALMEIDA, João Daniel Lima de. **História do Brasil**. 1ª Edição. Brasília: FUNAG, 2013.p.571

e pelo Parlamento e perdeu o apoio da UDN, que fora o principal sustentáculo de sua candidatura, em parte, por conta da Política Externa Independente. Collor tentou buscar o apoio do PSDB, sem sucesso – Franco Montoro e Mário Covas recusaram – e demonstrava desprezo pelo funcionalismo público e pela máquina do Estado que queria enxugar. Seus governos abreviados são uma lembrança das dificuldades invencíveis que é governar no presidencialismo de coalizão sem base parlamentar sólida.²⁷

Com a queda de Collor, assumiu a Presidência o seu vice, Itamar Franco, que reconheceu que o futuro do seu mandato dependia do combate aos problemas que derrubaram seu antecessor, quais sejam, a inflação em alta e a falta de apoio político no Legislativo. Dessa forma, quanto a primeira questão, Itamar desenvolveu o Plano Real que conseguiu reduzir em muito a inflação e quanto a segunda questão o Presidente fechou acordos com os grandes partidos a fim de garantir a maioria no Congresso Nacional.

Se por um lado a alta da inflação já foi mostrada ao longo desse texto em diversas oportunidades como um dos grandes motivos das crises políticas brasileiras por causar grande instabilidade, por outro lado, o seu controle sempre se mostrou como um dos fatores que mais aumentam a aprovação e a popularidade dos governantes.

Dessa maneira, mesmo com a revelação de grandes esquemas de corrupção, envolvendo muitos políticos e até mesmo Ministros do Governo de Itamar Franco, a sua popularidade permaneceu em alta perante o eleitorado brasileiro, de modo que o Presidente inclusive conseguiu que o candidato que apoiava, qual seja, Fernando Henrique Cardoso, Ministro da Fazenda de seu Governo, vencesse as eleições para sucedê-lo. Sobre essa questão, João Daniel Lima de Almeida afirma que:

Itamar ao final de seu mandato tinha uma das mais altas popularidades já gozadas por um presidente até então. A razão disso foi o sucesso do Plano Real, que em julho de 1994, com um esquema relativamente simples de indexação da moeda (a URV) conseguiu, sem grandes pacotes econômicos traumáticos, aumentar as reservas em dólar do Brasil e reduzir drasticamente a inflação, que já assolava a economia brasileira há mais de uma década. O Plano Real viabilizou, com o apoio do presidente Itamar Franco, a candidatura do Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e sua eleição em primeiro turno²⁸

²⁷ ALMEIDA, João Daniel Lima de. **História do Brasil**. 1ª Edição. Brasília: FUNAG, 2013.p.572

²⁸ ALMEIDA, João Daniel Lima de. **História do Brasil**. 1ª Edição. Brasília: FUNAG, 2013.p.573

O Governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado por dar continuidade ao neoliberalismo, algo que já estava atrelado a política econômica brasileira desde o Governo Collor. Dessa maneira, muitas estatais foram privatizadas e o funcionalismo público sofreu com muitos cortes e estagnação nas carreiras, devido à falta de investimento.

Também em relação à economia, uma outra preocupação do Presidente foi garantir a consolidação do Plano Real, considerando que esse foi o maior motivo para a sua eleição. Dessa maneira, Fernando Henrique focou toda a sua atenção em fazer com que o projeto econômico criado durante o governo de Itamar Franco continuasse funcionando normalmente.

Para provar o sucesso do Plano Real, foi elaborada a tabela abaixo que mostra a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), de 1994, ano do lançamento do Real, a 2002, ano em que Fernando Henrique deixou a presidência da República.

Tabela 4 - Variação do IPCA e do IGPM acumulados de 1994 - 2002

Ano	IPCA acumulado	IGPM acumulado
1994	916,43%	869,74%
1995	22,42%	15,23%
1996	9,56%	9,18%
1997	5,22%	7,73%
1998	1,66%	1,78%
1999	8,94%	20,10%
2000	5,97%	9,95%
2001	7,67%	10,37%
2002	12,53%	25,30%

Fonte: Henrique Carvalho. Dados históricos, Sazonalidade, Metas de Inflação no Brasil e muito mais..., 2011. Disponível em :<<http://hcinvestimentos.com/2011/02/21/ipca-igpm-inflacao-historica/?hvid=NcSFP#>>. Acesso em 10 de mar.2018.

Sobre a governabilidade, assim como seu antecessor, FHC buscou realizar acordos com lideranças políticas objetivando criar um bom relacionamento entre o Executivo e o Congresso Nacional. Dessa forma, o Presidente se aliou ao PFL e a parte do PMDB para garantir que tivesse algum apoio no Legislativo. Isso se mostrou fundamental em 1997, quando foi aprovada a reeleição para os cargos no Poder Executivo, o que permitiu que FHC se reelegesse nas eleições de 1998.

A respeito dos projetos desenvolvidos durante o governo de FHC o autor João Daniel Lima de Almeida destaca que:

Medidas relevantes foram a aprovação da reeleição para os cargos executivos em 1997 [...]. A aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal, na qual o governo federal assumiu as dívidas de Estados e municípios e se tornou credor, estabeleceu o controle da dívida pública brasileira. Algumas das suas prerrogativas exigem um mínimo de “responsabilidade” administrativa, como a que limita a um teto o gasto dos Estados e municípios com funcionalismo. A lei favoreceu ainda a transparência nos gastos públicos.²⁹

Ainda sobre o que foi realizado durante os Governos de Fernando Henrique Cardoso é importante destacar o combate a AIDS, a criação da ANS e da ANVISA, além do programa de desenvolvimento dos “medicamentos genéricos”, o que colocou em evidência o Ministro da Saúde, José Serra, que inclusive foi lançado como candidato governista para suceder a FHC, mas acabou sendo derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva, em segundo turno, no ano de 2002.

A respeito do período em que FHC esteve na Presidência da República, o que mais se pode destacar em sua história é justamente o fato de que ele tomou várias medidas para evitar que o seu Governo fosse arruinado por alguma crise, tendo como base experiências já vividas por aqueles que o antecederam.

Também é fato que Fernando Henrique enfrentou diversos problemas, como a crise cambial em 1999 e muitos outros de natureza social, o que alavancou a esquerda para o poder, entretanto, considerando o que havia acontecido nos dois governos anteriores, FHC procurou tomar medidas para controlar a inflação e garantir uma base de apoio no Congresso, algo que se mostrou o suficiente para a sua permanência na presidência de 1995 a 2003.

Dessa forma, como já foi dito anteriormente, FHC mostra que se de certa maneira a inflação e a falta de apoio no Legislativo podem facilmente derrubar um Presidente, a exemplo de Collor, por outro ponto de vista, o controle inflacionário e uma base de auxílio sólida na Câmara dos Deputados e no Senado, podem fazer com que um Governante se mantenha durante muito tempo no poder.

O ano de 2002 foi um grande marco para a política brasileira, pois pela primeira vez na história desse País, o cargo de Presidente da República foi ocupado

²⁹ ALMEIDA, João Daniel Lima de. **História do Brasil**. 1ª Edição. Brasília: FUNAG, 2013.p.574

por um indivíduo sem formação acadêmica e pertencente a classe operária, de nome Luiz Inácio Lula da Silva, mais conhecido como Lula. A respeito desse fato João Daniel Lima de Almeida afirma que:

Simbolicamente, a eleição de um operário galvanizou preconceitos sociais de toda ordem, contra um presidente sem diploma, considerado ignorante, que falava errado. Setores da classe média conservadora por todo o país evidenciavam seu desprezo à democracia falando mal das características pessoais do Presidente eleito pela maioria do povo brasileiro, esquecendo que este representava um amplo grupo de interesses, que ao longo de seu mandato foi enormemente ampliado, para além do que seria necessário para a governabilidade.³⁰

Dessa maneira, tendo em vista os ataques preconceituosos que recebeu de setores da classe média e alta do Brasil, Lula estabeleceu um Governo que tentou conciliar as demandas da classe trabalhadora, que votou em massa em sua candidatura, com os interesses das classes média e alta, sem as quais o Presidente não conseguiria governar o País.

O Governo Lula é um exemplo perfeito de que no Brasil é impossível se ganhar uma eleição sem os votos dos pobres, mas também é impossível ter alguma governabilidade sem o apoio dos ricos.

Dessa maneira, a fim de formar uma base de apoio forte no Congresso Nacional, um fator que já foi apontado como algo essencial para garantir a permanência de um Presidente em seu cargo, Lula atraiu para o seu Governo diversos opositores, que aceitaram se transmutar em seus aliados em troca de poder.

Assim, Lula conseguiu estabelecer uma base sólida no legislativo, algo que se mostrou muito importante para que os seus projetos econômicos e sociais fossem aprovados e implantados.

O maior desafio enfrentado pelo Governo Lula foi sem dúvida a corrupção, o escândalo do “Mensalão” fez com que o partido perdesse alguns de seus maiores nomes como José Dirceu e José Genoíno.

Dessa maneira, a imagem do partido ficou profundamente desgastada, mas assim como ocorreu com Itamar Franco, apesar dos casos de corrupção envolvendo

³⁰ ALMEIDA, João Daniel Lima de. **História do Brasil**. 1ª Edição. Brasília: FUNAG, 2013.p.575

até mesmo seus Ministros de Estado, o presidente conseguiu manter sua popularidade em alta graças ao controle da inflação, a adoção de políticas sociais e a manutenção da maioria no Legislativo.

A respeito das políticas públicas voltadas para os setores mais vulneráveis da sociedade, João Daniel Lima de Almeida enfatiza que:

São inegáveis os méritos do governo petista. Seu foco na questão social não teve paralelo em qualquer outro momento da história republicana. A desigualdade foi substancialmente reduzida. Não parece coincidência que isso se tenha dado justo no governo do Presidente cuja origem social era a mais modesta desde Nilo Peçanha, mas ainda mais humilde.³¹

As políticas adotadas pelo Governo de Lula surtiram efeito entre as classes mais baixas, possibilitando que milhões de brasileiros saíssem da pobreza extrema e formassem uma espécie de “nova classe média”. Dessa maneira, muitas pessoas passaram a fazer parte do mercado de consumo, o que possibilitou uma melhoria significativa da economia, mesmo em um contexto de crise econômica global a partir de 2009.

Na política externa, Lula alinhou o Brasil a outros Países que naquela época também estavam passando por um período de desenvolvimento, como Rússia, Índia, China e África do Sul, formando os BRICS, que se posicionaram contra a hegemonia dos Estados Unidos e da União Europeia no comércio e nos assuntos políticos globais.

Em relação a América Latina, Lula se aproximou dos Países que eram governados por políticos de esquerda e buscou estabelecer parcerias para viabilizar o seu desenvolvimento. O presidente também se aproximou dos Países africanos através da realização de muitos acordos econômicos e de outras medidas até mesmo de natureza humanitária, como a parceria no combate a AIDS por exemplo.

Com a inflação sob controle e o apoio do Congresso Nacional garantido, Lula, após dois mandatos, lançou como sua sucessora para o cargo de Presidente, a Ministra da Casa Civil, Dilma Vana Rousseff, que embalada pela popularidade do Presidente, conseguiu se eleger em segundo turno no ano de 2010.

³¹ ALMEIDA, João Daniel Lima de. **História do Brasil**. 1ª Edição. Brasília: FUNAG, 2013.p.576

A análise do Governo Lula pode ser feita considerando-se vários aspectos. O primeiro deles foi que o Presidente soube contornar alguns dos motivos que levam as crises brasileiras, sobretudo a alta da inflação e a falta de amparo político, o que permitiu a Lula manter a governabilidade do País mesmo em meio a muitos escândalos de corrupção.

Outro motivo das crises brasileiras que Lula soube contornar foi a desigualdade social e a falta de representatividade dos mais pobres no poder, algo que o Presidente combateu por meio de diversas políticas públicas voltadas para as classes mais vulneráveis da sociedade.

Lula também soube contornar o problema do radicalismo político e ideológico e da falta de diálogo entre ricos e pobres, chamando para participar de seu Governo muitos de seus opositores.

Dessa forma, o Governo Lula, ao contrário do que muitos dizem, não foi exclusivamente de esquerda, mas sim um misto de vários interesses que eram relevantes tanto para os ricos quanto para os pobres. Assim, Lula deu voz a vários setores da sociedade dentro da estrutura do Estado, permitindo que todos pudessem se beneficiar de seu Governo.

Por fim, Lula evitou que as grandes potências estrangeiras influenciassem nos assuntos que diziam respeito somente ao Brasil. Dessa maneira, o Presidente fez com que o País funcionasse de uma maneira mais livre e independente, algo que também se refletiu em sua política externa.

Considerando todas essas afirmações a respeito do Governo Lula, a conclusão a que se pode chegar é a mesma feita em relação a FHC, no sentido de que caso o Presidente tome ciência dos motivos que levam os governos brasileiros para as crises e foque no seu combate de maneira eficiente, certamente esse governante permanecerá no poder por muito tempo.

Sobre os dados da economia durante o Governo Lula foram elaboradas as tabelas abaixo, que trazem uma comparação entre os anos de 2003, que corresponde ao início do seu mandato e 2010, que corresponde ao término do seu mandato:

Tabela 5 - Indicadores econômicos referentes ao período de 2003-2010

Indicador Econômico	2003	2010
Salário Mínimo	R\$ 240,00	R\$ 510,00
Desemprego	13%	6%
Dívida sobre o PIB	74%	62%
Reservas Internacionais	US\$ 37,823 bilhões	US\$ 257,298 bilhões
PIB	R\$1,5 trilhões	R\$3,6 trilhões

Fonte: Daniel Mariani, Bruno Lupion, Rodolfo Almeida. 10 Índices Econômicos e Sociais nos 13 anos de governo PT no Brasil, 2016. Disponível em :<<https://www.nexojornal.com.br/especial/2016/09/02/10-%C3%ADndices-econ%C3%B4micos-esociais-nos-13-anos-de-governo-PT-no-Brasil>>. Acesso em 10 de mar.2018.

Tabela 6 - Variação do IPCA e do IGPM acumulados de 2003-2010

Ano	IPCA Acumulado	IGPM Acumulado
2003	9,30%	8,69%
2004	7,60%	12,42%
2005	5,69%	1,20%
2006	3,14%	3,84%
2007	4,45%	7,74%
2008	5,90%	9,80%
2009	4,31%	- 1,71%
2010	5,90%	11,32%

Fonte: Henrique Carvalho. Dados históricos, Sazonalidade, Metas de Inflação no Brasil e muito mais..., 2011. Disponível em :<<http://hcinvestimentos.com/2011/02/21/ipca-igpm-inflacao-historica/?hvid=NcSFP#>>. Acesso em 10 de mar.2018.

Após dois mandatos, Lula deu lugar a Dilma Vana Rousseff, que foi a primeira mulher a assumir a Presidência da República e também a primeira mulher a fazer o discurso que dá abertura a Assembleia Geral das Nações Unidas. Em seu primeiro governo, a Presidente recebeu várias visitas de importantes Chefes de Estado e viajou para diversos Países do Mundo, com o objetivo de fazer acordos comerciais e tratar de assuntos diplomáticos.

Dilma teve que enfrentar em seu Governo um problema que já existia desde os tempos de Lula no poder, a corrupção, algo que ameaçava a sua base de apoio político e a sua credibilidade perante a opinião pública. Dessa forma, a Presidente promoveu o que ficou conhecido como “Faxina ética”, caracterizada pela saída de diversos Ministros acusados de várias irregularidades.

A Presidente também se preocupou em tentar manter uma boa relação com o Congresso Nacional, usando principalmente do legado deixado por Lula, segundo o site da BBC Brasil “No início do primeiro mandato, Dilma se aproveitou do capital político do ex-presidente Lula em suas relações com o Congresso. Em 2011, o PT tinha a maior bancada da Câmara dos Deputados [...]”.³² Dessa forma, considerando que o apoio político do Legislativo é algo fundamental no presidencialismo de coalizão, Dilma buscou ter o auxílio dos congressistas para aprovar os projetos que interessavam ao seu Governo, assim como fez seu antecessor.

Outro problema que Dilma teve que enfrentar em seu primeiro Governo foi a desaceleração da economia. Dessa maneira, diversas medidas foram tomadas pela Presidente a fim de fazer com que o País voltasse a crescer, dentre elas destacam-se os subsídios e estímulos para que o Brasil aumentasse a sua produção e o seu consumo interno.

O objetivo da Presidente ao conceder os subsídios e estímulos era totalmente plausível, mas o seu Governo os concedeu sem considerar que dessa maneira o Estado perderia uma importante fonte de recursos, que é a arrecadação por meio do pagamento de tributos. Por isso, em 2014, o Governo entrou em déficit, pois gastou mais do que arrecadou ao longo daquele ano, algo que prejudicou significativamente a economia do País.

Um acontecimento que também não pode ser deixado de lado foram as manifestações que ocorreram no País em junho de 2013. Durante esse mês, centenas de milhares de pessoas saíram as ruas de diversas cidades em todo o Brasil protestando pelo fim da corrupção e para que a educação e a saúde fossem priorizadas em detrimento da realização da Copa do Mundo, marcada para o ano de 2014.

Também deve ser destacado o fato de que essas manifestações possuíam uma pauta de reivindicações muito diversificada, assim como um grande pluralismo de ideias e correntes ideológicas. Dessa maneira, não se tratava de um movimento

³² BBC Brasil. **De aprovação recorde ao impeachment: relembre os principais momentos do governo Dilma**, 2016. Disponível em :< <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37207258/>>. Acesso em: 04 de fev. 2018.

exclusivamente da oposição, mas sim uma demonstração de insatisfação com o sistema político como um todo, por parte da sociedade brasileira.

Em 2013, também ocorreu um fato que teria uma enorme repercussão negativa para o Governo Dilma no futuro, que foram as chamadas “pedaladas fiscais”. Segundo reportagem publicada no site da BBC Brasil em 2016, esse era o “nome dado à prática do Tesouro Nacional de atrasar de forma proposital o repasse de dinheiro para bancos (públicos e também privados) e autarquias, como o INSS”³³. O Governo queria com isso “maquiar” as contas públicas e mostrar um déficit menor do que o existente na realidade.

Apesar de todas as dificuldades que enfrentou em seu primeiro mandato, Dilma ainda conseguiu de maneira muito apertada a sua reeleição em segundo turno vencendo o candidato Aécio Neves do PSDB.

O segundo mandato de Dilma, interrompido pelo Impeachment em 2016, foi profundamente turbulento. As principais razões para isso foram a soma de 3 fatores que podem ser verificados juntos ou isoladamente em praticamente todas as crises políticas pelas quais o Brasil já passou, são eles, a piora da economia e a alta da inflação, os escândalos de corrupção e a falta de governabilidade.

Como já foi demonstrado ao longo desse texto, caso o Governo se envolva em escândalos de corrupção, algo muito recorrente no Brasil, se o Presidente conseguir manter a economia com bons indicadores e o apoio do Congresso Nacional, nada lhe ocorrerá, a exemplo de Lula e FHC. Entretanto, caso isso aconteça em um contexto de crise econômica e falta de governabilidade, o Chefe do Executivo certamente pagará com o seu cargo, seja por meio da renúncia ou pelo Impeachment, a exemplo de Jânio Quadros, Fernando Collor e Dilma Rousseff.

Em virtude desse fato, Dilma ainda tentou tomar algumas medidas para salvar seu mandato, a primeira delas foi elaborar um ajuste fiscal, com o objetivo de colocar em ordem as contas públicas. Dessa maneira, alguns tributos foram aumentados e muitos gastos foram cortados com o objetivo de arrecadar mais e gastar menos. Apesar da engenhosidade do projeto, a falta de apoio do Congresso

³³ BBC Brasil. **De aprovação recorde ao impeachment: relembre os principais momentos do governo Dilma, 2016**. Disponível em :< <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37207258/>>. Acesso em: 05 de fev. 2018.

Nacional fez com que ele não fosse aprovado em sua integralidade, o que ocasionou o seu completo fracasso.

Enquanto o Governo falhava na tentativa de encontrar alguma solução rápida e eficiente para a economia, fatores como o desemprego, a inflação e a insatisfação do mercado com o Estado brasileiro aumentaram significativamente. Dessa forma, os indicadores da economia do Brasil foram de mal a pior, algo que gerou ainda mais instabilidade política.

Além da questão econômica, o Governo Dilma também foi profundamente descredibilizado pelos escândalos quase que diários de corrupção, que se alastraram por todo o Congresso Nacional, afetando de maneira significativa o seu funcionamento, tendo em vista que a maior parte dos políticos estava mais preocupado em se defender nos vários Processos abertos contra eles, do que em aprovar projetos de lei para tirar o País da crise.

Em relação a governabilidade do Estado, o maior abalo que Dilma sofreu, ocorreu quando o PMDB, partido do próprio vice-presidente da República, deixou de apoiá-la na Câmara e no Senado. Isso fez com que a Presidente ficasse completamente isolada na chefia do Executivo, sem o auxílio do partido que possui uma das maiores bancadas do Congresso Nacional, dessa maneira estava preparado o cenário perfeito para o Impeachment.

Segundo reportagem publicada no site da BBC Brasil:

A saída do PMDB, partido do vice-presidente, Michel Temer, da base aliada concretizou o isolamento da presidente no Congresso. O afastamento da presidente dos parlamentares se agravou com a marcha do processo de impeachment e o convite feito a Lula para ocupar a Casa Civil. A tentativa de trazer Lula para construir pontes com os partidos enfrentou forte resistência e levou milhares de manifestantes às ruas, além de afastar possibilidades de novas alianças. Outras siglas, como o PRB, também saíram da base aliada.³⁴

Com a economia em crise e a perda de seus principais aliados, Dilma ficou totalmente vulnerável a ataques de seus opositores, o que não demorou muito para acontecer. Em dezembro de 2015, Eduardo Cunha, que na época presidia a Câmara dos Deputados, aceitou um pedido de Impeachment contra a Presidente baseado

³⁴ BBC Brasil. **De aprovação recorde ao impeachment: relembre os principais momentos do governo Dilma**, 2016. Disponível em :< <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37207258/>>. Acesso em: 05 de fev. 2018

nas “Pedaladas Fiscais” realizadas em 2013, caracterizadas pela prática do Governo de atrasar repasses para seus credores, a fim de induzir a crença da existência de recursos nas contas do Estado.

Após seguir seu trâmite regular, o processo de Impeachment culminou com a condenação de Dilma, que apesar de ter perdido seu cargo de Presidente da República não ficou inelegível por 8 anos. Dessa maneira, o Governo Dilma chegou ao seu fim, de modo que coube ao seu substituto Michel Temer assumir a chefia do Executivo, o que ocorreu em 31 de agosto de 2016.

Como já foi dito anteriormente, o Governo Dilma foi arruinado por basicamente 3 problemas, quais sejam, os escândalos de corrupção que mancharam a imagem da Presidente perante a opinião pública, a economia em crise e a falta de apoio do Congresso Nacional.

Dessa forma, considerando o que também ocorreu durante o Governo Collor, a conclusão a que se pode chegar é a de que o processo de Impeachment ao longo da história do Brasil foi usado não somente para retirar da Presidência os políticos que tenham cometido crimes de responsabilidade, mas também como uma alternativa para solucionar crises na economia e na governabilidade do País.

Sobre os indicadores da economia durante os Governos de Dilma Rousseff, foi elaborada a tabela abaixo que ainda traz um comparativo com o período em que Lula esteve no poder, mostrando uma piora significativa em vários fatores durante os mandatos de Dilma.

Tabela 7 - Comparativo entre os indicadores econômicos de LULA e Dilma

Indicadores	LULA		DILMA	
	Primeiro Mandato (2003)	Segundo Mandato (2010)	Primeiro Mandato (2014)	Segundo Mandato (março de 2016)
Desemprego	13 %	6%	4,30%	8,20%
Geração de empregos por dia	4.875	10.141	1.551	- 7.353
Geração de empregos por hora	203	422	65	- 306

Inflação do ano	3,14%	5,90%	6,40%	9,28%
Dívida Interna	R\$1,24 trilhão	R\$ 1,70 trilhão	R\$ 2,30 trilhões	R\$ 2,89 trilhões
PIB	+4,64%	+7,63%	+0,10%	-3,90%
Ações da Vale	+ 287,58%	+98,92%	- 49,01%	-28,30%
Ações da Petrobras	+437,78%	+26,70%	- 56, 84%	+2,30%

Fonte: Alexandre Cabral. Dados Econômicos da era Dilma, 2016. Disponível em: < <http://economia.estadao.com.br/blogs/economia-a-vista/dados-economicos-da-era-dilma-de-chorar/>>. Acesso em: 11 de mar.2018.

Em relação ao Governo Temer, algumas questões devem ser destacadas. A primeira delas é o fato de que o Presidente se preocupou em restabelecer as relações entre Executivo e Legislativo, que foram rompidas durante os anos em que Dilma estava na Presidência. Dessa maneira, Temer formou uma ampla base de apoio no Congresso nacional, reunindo diversos partidos, inclusive alguns da oposição, para dar mais estabilidade política e governabilidade ao País.

Para assegurar a aprovação dos projetos de interesse do seu Governo, o Presidente Michel Temer realizou jantares, almoços e cafés da manhã com várias lideranças da Câmara dos Deputados e do Senado. O chefe do Executivo também distribuiu cargos e ministérios para diversos políticos, com o objetivo de assegurar sua fidelidade e auxílio, prática essa já consagrada na política brasileira, desde os tempos de Lula na Presidência.

A economia do País também recebeu muita atenção por parte do Governo Temer nos últimos anos. Dessa forma, vários projetos foram propostos e graças ao bom relacionamento que o Presidente possui com o Congresso, eles têm sido aprovados, a exemplo da Emenda à Constituição para limitar os gastos públicos e a Reforma trabalhista.

O chefe do Executivo também tomou medidas para conter a inflação, como a liberação do saque das contas inativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), medida que visa injetar mais de R\$ 30 bilhões na economia do País.³⁵

³⁵ Governo do Brasil. **Liberação do saque das contas inativas do FGTS alivia o bolso de 30 milhões de brasileiros**, 2017. Disponível em :< <http://www.brasil.gov.br/economia->

Em que pese o esforço no âmbito político e econômico, no que diz respeito ao campo ético, assim como os Presidentes que o antecederam, Temer tem enfrentado grandes dificuldades em virtude dos escândalos de corrupção. Desse modo, muitos Ministros e integrantes da base aliada do Governo no Congresso Nacional tem sido alvo de investigações, principalmente em virtude da operação Lava Jato, algo que desgastou profundamente a imagem do Presidente e causou uma certa instabilidade política.

Entretanto, com o objetivo de evitar um desentendimento com o Poder Legislativo, a exemplo do que ocorreu durante o Governo Dilma, quando a Presidente demitiu Ministros envolvidos em casos de corrupção e que possuíam influência no Congresso Nacional, Temer preferiu manter todos os seus aliados citados na Lava Jato em seus respectivos Ministérios e aguardar a evolução das investigações para tomar alguma providência.

A esse respeito, em reportagem publicada no site do G1, o jornalista Felipe Matoso afirmou que:

Como a permanência dos ministros passou a gerar reação negativa na opinião pública, Temer anunciou, em fevereiro, que os integrantes do governo citados em delações da Lava Jato não saem. Ele afirmou que "não quer blindar ninguém", mas só afastará ministro que for denunciado pelo Ministério Público ou que virar réu no Supremo Tribunal Federal.³⁶

Essa tática usada pelo Presidente Temer, apesar de reprovável, não surpreende, na verdade ela já é muito antiga e se fundamenta no fato de que caso um Presidente consiga manter o apoio do Congresso Nacional e a economia sob controle, ele conseguirá se manter no poder, em que pese os escândalos de corrupção, a exemplo do que ocorreu com FHC e Lula. Dessa forma, basta que o Presidente evite que os outros fatores que também levam as crises brasileiras se manifestem, para que ele possa se manter em seu cargo até o término de seu mandato.

eemprego/2017/05/liberacao-do-saque-de-contas-inativas-do-fgts-alivia-o-bolso-de-30-mi-brasileiros>. Acesso em: 11 de mar.2018

³⁶MATOSO, Filipe. 1 Ano do Governo Temer, 2017. Disponível em: <<http://especiais.g1.globo.com/politica/2017/1-ano-do-governo-do-presidente-michel-temer/>>. Acesso em 13 de fev. 2018

2.8 – PRINCIPAIS MOTIVOS DAS CRISES BRASILEIRAS

Considerando toda a análise histórica feita ao longo desse texto pode se concluir que os principais motivos que provocam as crises políticas brasileiras são o autoritarismo e as ditaduras, uma herança dos períodos em que o País foi Colônia de Portugal e Império; a concentração de poder e desigualdade social, que somados a falta de diálogo entre ricos e pobres e o radicalismo ideológico, fazem com que o Brasil esteja sempre desestabilizado politicamente; a utilização do Estado para a defesa de interesses de classe; a ausência de alternância no poder e renovação na política; a influência militar e estrangeira nos assuntos governamentais; o aumento da inflação; inexistência de apoio ao Executivo por parte do Congresso Nacional e por fim, a corrupção.

Dentre todos esses fatores, os que mais se destacam como responsáveis pela atual crise brasileira são a profunda desigualdade social em que o País se encontra, agravada nos últimos anos pela crise econômica; o radicalismo ideológico no debate político; a utilização do Estado para defender os interesses das classes dominantes, algo que pode ser verificado nas “reformas” feitas pelo Governo Temer; a ausência de uma grande renovação na política brasileira, o que possibilitaria o surgimento de novos políticos com diferentes perspectivas para o futuro do País; a alta inflacionária e sobretudo a corrupção.

Dessa maneira, a soma de todos esses fatores e o seu agravamento, principalmente no segundo mandato de Dilma e no atual Governo de Michel Temer, fizeram com que o País chegasse a uma situação de completa falência em suas instituições. Apesar do cenário extremamente difícil, a esperança de que dias melhores estão por vir não pode ser perdida, cabendo ao povo brasileiro escolher melhor seus representantes desse momento para frente, a fim de que situações como a de hoje não voltem a ocorrer nunca mais.

Uma outra medida que também pode auxiliar na solução desses problemas é a realização de uma grande reforma política, que seja capaz de corrigir as falhas existentes no sistema eleitoral e no âmbito dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Dessa forma, ao longo dos próximos capítulos serão abordadas as mudanças necessárias para tirar o País da crise.

3 - REFORMA POLÍTICA

Considerando todos os motivos que levam as crises brasileiras elencados no capítulo anterior, a conclusão a que se pode chegar é que o País precisa urgentemente de uma ampla Reforma Política. Dessa maneira, é necessária uma mudança que passe pelos três poderes e também pelo sistema eleitoral, a fim de que seja criado um novo modelo, sem os defeitos do atual.

3.1. REFORMA DO PODER EXECUTIVO

Dentre as medidas que podem ser utilizadas para solucionar os problemas do Poder Executivo, pode se citar primeiramente o fim da reeleição para o cargo de Presidente da República. Dessa forma, se exercerá a Presidência por um único período de tempo, em que o chefe do Executivo deverá desenvolver todos os seus projetos de Governo.

A adoção dessa proposta seria muito benéfica, pois traria a possibilidade de se fazer uma alternância no poder de maneira mais rápida, além do fato de que o Presidente se dedicaria muito mais ao seu trabalho, tendo em vista que não lhe seria dado a oportunidade de ser reeleito por mais um lapso de tempo. Dessa maneira, considerando que não poderia se reeleger nas eleições seguintes, o chefe do Executivo se esforçaria para fazer uma boa administração, visando deixar o seu legado e garantias de que o candidato de sua preferência consiga vencer as eleições para sucedê-lo. Nesse sentido, José Antônio Reguffe argumenta que:

No Brasil, o instituto da reeleição não tem sido um instrumento republicano, por causa da força da máquina governamental utilizada no processo eleitoral. O fim da reeleição é uma necessidade da Reforma Republicana e também a ampliação do mandato de quatro anos, um período curto. A Reforma deve eliminar a reeleição e ao mesmo tempo ampliar os mandatos de presidente, governador e prefeito para seis anos. A eleição do presidente, governador e prefeito coincidirão alternadamente com a eleição de deputados ou de vereadores³⁷

Outra medida que também pode ser adotada é a perda do mandato dos parlamentares que forem nomeados para alguma Secretaria ou Ministério. Isso deve

³⁷REGUFFE, José Antônio. **Reforma Política Republicana**, 2011. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senadores/senador/cristovambuarque/arquivos/Reforma%20Politica20Republicana.pdf>>. Acesso em 21 de fev. 2018

ocorrer pois quando algum legislador é escolhido para se tornar Secretário ou Ministro, o seu suplente toma o seu lugar no Congresso Nacional, algo que gera uma profunda dependência em relação ao Presidente da República, pois caso o político nomeado por ele seja demitido, aquele que o substituiu no Senado ou na Câmara perderá o seu mandato, em virtude do retorno do parlamentar ao seu cargo anterior. A respeito desse tema, o Senador Cristovam Buarque destaca que:

No sistema semi-republicano brasileiro, o sistema não permite independência, porque o presidente, o governador e o prefeito controlam parte do Parlamento “nomeando” parlamentares como Ministros ou Secretários. Os suplentes dos ministros e secretários escolhidos ficam sob o controle do Executivo, que pode cassá-los a qualquer momento. Para evitar isto, deve valer atualmente para os cargos de ministros e secretários, o que vale para o caso, por exemplo, de presidente do Banco Central, obrigando o parlamentar a renunciar a seu mandato.³⁸

Também poderiam ser aplicadas mudanças na escolha do Presidente do Banco Central. Dessa maneira, o seu mandato seria aumentado e a escolha de quem ocuparia o cargo deveria ser feita pelo Senado, através de uma lista tríplice, em que os nomes seriam indicados por entidades representativas dos trabalhadores, empresários e especialistas em economia e finanças. Dessa forma, a Presidência do BC jamais seria exercida por algum aventureiro com sede de poder e uma forte influência na política, mas sim por indivíduos extremamente qualificados e capazes, escolhidos por meio do voto de setores diretamente envolvidos nos assuntos ali tratados.

A limitação ao uso das medidas provisórias também é uma proposta que poderia ser utilizada, pois em momentos de crise entre Executivo e Legislativo, os Presidentes da República costumam se valer desse instituto para impor a sua vontade e governar o País do seu modo, desvirtuando a natureza das MPs. A respeito de seu conceito, Manuela de Oliveira Gonçalves destaca que:

A medida provisória é um instituto regulado pelo art. 62 da Constituição Federal que dá a possibilidade ao Poder Executivo de exercer uma função típica do Legislativo. Essa concessão, porém, não é desgovernada. É necessário que estejam presentes a urgência e a relevância, o que

³⁸BUARQUE, Cristovam. **Reforma Política Republicana**, 2011. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senador/cristovambuarque//boletim/Reforma%20Pol%C3%ADtica%20Republicana.pdf>. Acesso em 11 de mar.2018

demonstra a excepcionalidade da autorização para que o Presidente da República a edite.³⁹

Dessa maneira, uma providência que poderia ser usada é o estabelecimento de um controle prévio das medidas provisórias, algo que poderia ser feito por uma comissão do Congresso Nacional formada especificamente para isso. Assim, o seu uso indiscriminado e até mesmo irresponsável, por parte da Presidência, poderia ser contido.

Para viabilizar esse projeto, seria necessário fazer uma Emenda Constitucional no artigo 62 da Constituição Federal⁴⁰, estabelecendo o uso das comissões como um mecanismo de controle prévio para as Medidas Provisórias.

Também se mostra como uma medida importante a ser aplicada, a mudança na forma como são indicados os Ministros do Supremo Tribunal Federal, pois o modelo atual faz com que exista um certo “clientelismo” entre o Ministro escolhido e o Presidente da República. Dessa maneira, a escolha de um Ministro do STF deveria passar pelo crivo dos três poderes, sendo que o Judiciário escolheria uma lista de seis nomes, dos quais o Presidente escolheria três e os enviaria para o Congresso Nacional a fim de que fosse escolhido um nome, após serem realizadas as sabatinas⁴¹.

Por fim, uma outra medida que também poderia ser adotada é o uso de concursos públicos para o provimento dos cargos de Ministros e Conselheiros dos Tribunais de Contas. A adoção dessa proposta se justifica no fato de que em muitos momentos, esses órgãos são utilizados somente para atender a interesses políticos e não para executar as suas funções mais primordiais, tendo em vista que os indivíduos que ocupam os seus cargos mais importantes estão ali por mera indicação.

³⁹GONÇALVES, Manuela de Oliveira. **Da Medida Provisória**, 2016. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3959>. Acesso em 11 de mar. 2018

⁴⁰BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm>. Acesso em 01 de mar. 2018

⁴¹REGUFFE, José Antônio. **Reforma Política Republicana**, 2011. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senadores/senador/cristovambuarque/arquivos/Reforma%20Politica2Republicana.pdf>>. Acesso em 27 de fev. 2018.

A esse respeito desse tema, o senador Álvaro Dias, autor da PEC 7/2014, que visa instituir concurso público para o provimento do cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, afirmou em entrevista que:

Não há outro método mais adequado para aferir competência e qualificação técnica do que o concurso público. O Tribunal de Contas tem que ser extremamente qualificado para cumprir sua missão, que é conter o processo de corrupção, que se alarga pelo país.⁴²

Dessa forma, de acordo com Reguffe⁴³, considerando o fato de que por muitas vezes a atividade fiscalizadora dos Tribunais de Contas fica prejudicada pela ingerência política, o certo a se fazer seria a utilização dos concursos públicos com o objetivo de se dar maior imparcialidade e qualidade técnica a esses órgãos.

3.2. REFORMA DO PODER LEGISLATIVO

A primeira reforma necessária no Poder Legislativo diz respeito ao aumento de sua produtividade. Dessa maneira, considerando que muitos dos projetos aprovados não possuem grande impacto na sociedade brasileira como um todo, favorecendo apenas uma pequena parcela que possui influência sobre as bancadas do Congresso Nacional, deveria ser adotada uma medida no sentido de melhorar a qualidade da produção Legislativa, por meio da estipulação de metas por exemplo, que se não fossem cumpridas acarretariam punições para os Legisladores. A respeito da produção legislativa ao longo de todo o ano de 2017, Antônio Augusto de Queiroz argumenta que:

A qualidade da produção legislativa deixou muito a desejar. Com exceção da Terceirização, da Reforma Trabalhista, da Reforma do Ensino Médio, do regime fiscal dos estados e da pífia reforma política, é difícil encontrar leis sobre políticas públicas relevantes. O governo não conseguiu aprovar a agenda do ajuste fiscal, especialmente: 1) a reforma da Previdência, 2) a reoneração da folha, 3) a tributação aos fundos fechados de investimento, 4) o adiamento do reajuste, e 5) o aumento de contribuição previdenciária dos servidores. Ao contrário, fez mais concessões e renúncias fiscais do que conseguiu reduzir despesa ou aumentar receitas ⁴⁴

⁴² Equipe Grana Cursos Online. **Concurso para Ministros do STF, STJ, TCU e de Conselheiros dos Tribunais! Você concorda?** 2016. Disponível em: <<https://blog.grancursosonline.com.br/concurso-para-ministro-do-stf-stj-tcu-e-de-conselheiros-tribunais-voce-concorda/>>. Acesso em 11 de mar. 2018.

⁴³ REGUFFE, José Antônio. **Reforma Política Republicana**, 2011. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senadores/senador/cristovambuarque/arquivos/Reforma%20Politica2Republicana.pdf>>. Acesso em 27 de fev. 2018.

⁴⁴ QUEIROZ, Antônio Augusto de. **Produção Legislativa em 2017: grande e ruim**, 2018. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/27807-producao-legislativagranderuim>>. Acesso em 11 de mar. 2018.

Um outro problema que também afeta a produtividade do Congresso Nacional é a ausência dos parlamentares às sessões do plenário. Dessa maneira, deveria ser elaborada uma medida no sentido de tornar obrigatória a presença dos Deputados e Senadores nas votações, sob pena de sofrerem severas punições. Segundo José Antônio Reguffe:

A presença obrigatória dos parlamentares no Senado e na Câmara dos Deputados, todos os dias, forçaria o funcionamento do Parlamento. Ao mesmo tempo, como o trabalho político exige contato com as bases, uma semana por mês seria reservada para esses contatos. A falta não justificada no período de sessões ordinárias deve implicar descontos nos salários e até a cassação de mandato, quando o número de faltas exceder um certo número de dias⁴⁵.

Ainda em relação ao aumento da produtividade no Congresso Nacional, também vale destacar que uma outra medida que poderia ser aplicada é o corte de alguns de seus privilégios, como os recessos por exemplo. Dessa forma, em relação ao período de descanso dos Legisladores, seriam adotadas as mesmas normas usadas para qualquer trabalhador brasileiro, fixando-se um prazo de 30 dias para cada doze meses trabalhados.

Uma reforma também muito necessária no Poder Legislativo seria acabar com o voto secreto e com o voto de liderança. Dessa maneira, as votações seriam mais transparentes, permitindo ao eleitor verificar qual foi a escolha feita pelo Deputado ou Senador em quem depositou a sua confiança. Além disso, os parlamentares não poderiam mais se valer de uma votação secreta para aprovarem projetos impopulares, visando preservar desse modo antiético, a sua imagem perante a opinião pública.⁴⁶

Também pode ser apontada como uma medida extremamente necessária, a aproximação entre o Legislativo e o povo. Dessa forma, a sociedade poderia se envolver mais ativamente na política, por meio da utilização de tecnologias que possibilitem uma maior participação popular nos debates e votações dos projetos de lei. Nesse sentido, José Antônio Reguffe argumenta que:

⁴⁵REGUFFE, José Antônio. **Reforma Política Republicana**,2011. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senador/cristovambuarque/arquivos/Reforma%20Politica2Republicana.pdf>>. Acesso em 28 de fev.2018.

⁴⁶REGUFFE, José Antônio. **Reforma Política Republicana**,2011. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senador/cristovambuarque/arquivos/Reforma%20Politica2Republicana.pdf>>. Acesso em 28 de fev.2018

Antes de cada votação, os parlamentares, no Plenário, devem ser informados sobre o que pensa a população, a partir das manifestações recebidas pelos meios de comunicação direta, em especial a internet. O parlamentar não deve ficar subordinado à opinião pública do momento, porque deve considerar os impactos de longo prazo de seus votos, mas pode refletir sobre o que o povo pensa naquele instante.⁴⁷

Ainda no que diz respeito a aproximação entre o Legislativo e o povo, outra medida que também pode ser destacada é a diminuição da burocracia para o desenvolvimento dos projetos de lei com iniciativa popular. Dessa maneira, para dar mais praticidade e celeridade a esse procedimento, algumas modificações poderiam ser feitas, como a redução do número de assinaturas necessárias e a aplicação de uma tramitação mais rápida.⁴⁸

Essa reforma é desejável, pois o uso dessa alternativa criada pela Constituição de 1988, se mostrou muito relevante ao longo dos últimos anos por possibilitar a elaboração de leis que causaram muito impacto no âmbito social e político, como a Lei da Ficha Limpa por exemplo.⁴⁹

Outra medida que também poderia ser adotada é a extinção do auxílio moradia para os parlamentares, pois muitos utilizam esse benefício sem ter necessidade. Dessa maneira, o Estado construiria locais para que os Deputados e Senadores pudessem residir, economizando a longo prazo uma verba que poderia ser destinada para tratar de questões mais importantes, como saúde, educação e segurança pública por exemplo.

Essa proposta é muito importante pois dos 594 congressistas, pelo menos 167 recebem auxílio-moradia, dos quais 13 possuem imóveis próprios em Brasília, incluindo o candidato a Presidência do Brasil pelo PSC-RJ, Jair Bolsonaro⁵⁰.

⁴⁷REGUFFE, José Antônio. **Reforma Política Republicana**,2011. Disponível em:<<http://www.senado.gov.br/senadores/senador/cristovambuarque/arquivos/Reforma%20Politica2Republicana.pdf>>. Acesso em 01 de mar.2018

⁴⁸REGUFFE, José Antônio. **Reforma Política Republicana**,2011. Disponível em:<<http://www.senado.gov.br/senadores/senador/cristovambuarque/arquivos/Reforma%20Politica2publicana.pdf>>. Acesso em 01 de mar.2018

⁴⁹BRASIL. **Lei Complementar nº: 135, de 4 de junho de 2010.** Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm>. Acesso em 01 de mar.2018

⁵⁰ MATTOSO, Camila; BRAGON Ranier.**Congressistas tem Imóvel e auxílio-moradia**, 2018.Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/congressistas-tem-imovel-e-auxilio-moradia.shtml>>. Acesso em 13 de mar.2018

Somente em 2018, a previsão do custo do auxílio-moradia será de R\$ 1,1 Milhão para o Senado e R\$ 10,5 Milhões para a Câmara⁵¹.

E o problema não se restringe apenas ao Legislativo, no Distrito Federal há 26 Ministros dos Tribunais Superiores que recebem auxílio-moradia mesmo possuindo casa própria⁵². Dessa maneira, verifica-se que uma medida precisa ser tomada com extrema urgência para solucionar essa questão, tendo em vista todo gasto de dinheiro público feito mensalmente para ajudar indivíduos que não necessitam do auxílio-moradia e que na verdade o utilizam mais como uma forma de complementação do seu salário.

Também seria muito bem-vinda uma medida no sentido de dar mais transparência na forma como o dinheiro público tem sido gasto pelos congressistas. Dessa maneira, uma proposta que poderia ser adotada é a divulgação online de todos os gastos de cada parlamentar, incluindo seus salários e os custos do seu gabinete. Assim, os eleitores teriam acesso a essas informações por meio de sites da internet, algo simples, acessível e fácil, mas que faria uma grande diferença na luta contra a corrupção.⁵³

E caso haja suspeita de que as informações divulgadas pelos congressistas na internet são inverídicas, a sociedade ainda assim teria a seu favor uma alternativa, que consistiria na obrigatoriedade dos políticos e ocupantes de cargos de confiança passarem pelo pente fino da Receita Federal anualmente, a fim de se verificar possíveis casos de enriquecimento ilícito.⁵⁴

Algumas medidas também precisam ser tomadas no que diz respeito aos privilégios que a classe política possui atualmente. Dessa maneira, deveriam ser cortados os salários adicionais dos parlamentares, limitando-se somente ao décimo

⁵¹ MATTOSO, Camila; BRAGON Ranier. **Congressistas tem Imóvel e auxílio-moradia**, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/congressistas-tem-imovel-e-auxilio-moradia.shtml>>. Acesso em 13 de mar.2018

⁵² MATTOSO, Camila; BRAGON Ranier. **Congressistas tem Imóvel e auxílio-moradia**, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/congressistas-tem-imovel-e-auxilio-moradia.shtml>>. Acesso em 13 de mar.2018

⁵³ REGUFFE, José Antônio. **Reforma Política Republicana**, 2011. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senadores/senador/cristovambuarque/arquivos/Reforma%20Politica2Republicana.pdf>>. Acesso em 03 de mar.2018

⁵⁴ REGUFFE, José Antônio. **Reforma Política Republicana**, 2011. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/senadores/senador/cristovambuarque/arquivos/Reforma%20Politica2Republicana.pdf>>. Acesso em 03 de mar.2018

terceiro, como ocorre com a maior parte da população; os foros especiais por prerrogativa de função deveriam ser extintos e os salários dos congressistas deveriam ser aumentados em no máximo, a metade do valor reajustado no salário mínimo.⁵⁵ Dessa maneira, muitas das benesses que causam indignação e repúdio em qualquer cidadão brasileiro, seriam retiradas em caráter definitivo em nome de uma maior pureza ética no âmbito político.

A tabela abaixo delimita os gastos mensais com cada deputado e senador e os totais por mês e por ano.

Benefício	Cada deputado		Cada Senador		Congresso Inteiro
	Por mês	Por ano	Por mês	Por ano	Por ano
Salário	26.723,13	347.400,69	26.723,13	347.400,69	206.356.009,86
Cotão	35.778,71	429.344,58	34.684,80	416.217,59	253.967.392,44
Auxílio	1.666,67	20.000,00	938,27	11.259,26	11.172.000,00
Moradia					
Verba de Gabinete	78.000,00	1.014.000,00	82.000,00	1.066.000,00	606.528.000,00
Ajuda de Custo	1.113,46	13.361,57	1.113,46	13.361,57	7.936.769,61
Despesas Médicas	585,93	6.791,18	Ilimitado		3.483.876,89
Despesas com dentista e psicólogo	Sem benefício		2.166,58	25.998,96	2.015.915,76
Gasolina para carro	Sem benefício		1.052,00	12.624,00	1.022.544,00
Telefone Fixo	Incluída no cotão		660,49	7.925,93	642.000,00
Gráfica	Até 15 mil A4 por mês		11.228,40	134.740,74	10.914.000,00
Total de um Legislador	143.847,91		160.567,13	2.035.528,73	
Total dos parlamentares das casas do Legislativo	73.793.976,33		13.005.937,78	164.877.826,9	1.104.128.508,56

Fonte: Eduardo Militão, Veja Quanto Custam um Deputado e um Senador, 2014. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/lista-veja-quanto-custa-um-deputado-e-um-senador/>. Acesso em 14 de mar.2018.

⁵⁵REGUFFE, José Antônio. **Reforma Política Republicana**,2011. Disponível em:<http://www.senado.gov.br/senadores/senador/cristovambuarque/arquivos/Reforma%20Politica2Republicana.pdf>>. Acesso em 03 de mar.2018

⁵⁵REGUFFE, José Antônio. **Reforma Política Republicana**,2011. Disponível em:<http://www.senado.gov.br/senadores/senador/cristovambuarque/arquivos/Reforma%20Politica2Republicana.pdf>>. Acesso em 03 de mar.2018

Analisando a tabela verifica-se que o custo total do Congresso Nacional por ano é de mais de um bilhão de reais, sendo que muitas das despesas que contribuem para esse valor estratosférico poderiam ser cortadas ou diminuídas.

Dentre as despesas que poderiam ser cortadas pode se destacar primeiramente o já citado auxílio-moradia, tendo em vista que o Estado poderia construir casas para os Congressistas residirem. Também deveria ser cortada a absurda ajuda de custo, devido a sua desnecessidade.

Outras verbas que também poderiam ser cortados são as despesas médicas, odontológicas e psicológicas, considerando que o próprio Estado poderia oferecer esses serviços aos parlamentares. E por fim, poderia ser extinto o cotão, valor que é utilizado para cobrir custos totalmente banais como telefone celular e assinatura de publicações.

Em relação as despesas que poderiam ser diminuídas pode se destacar a verba de gabinete, o combustível, o telefone fixo e a gráfica. Dessa maneira, cortando algumas verbas e economizando em outras, o valor absurdo que é gasto para manter o Congresso Nacional em funcionamento poderia ser diminuído significativamente.

Por fim, uma reforma que se mostra totalmente plausível é um limite financeiro para a aposentadoria dos corruptos. O uso dessa medida serviria para diminuir a sensação de impunidade e de que o crime compensa, tendo em vista que em muitos cargos do funcionalismo público, caso o servidor se envolva com corrupção, a sua punição no âmbito administrativo será somente se aposentar, algo no mínimo absurdo. Nesse sentido, José Antônio Reguffe afirma que:

O sistema legal brasileiro provoca uma indignação na sociedade. Um servidor público condenado por corrupção, ao invés de devolver as propinas recebidas ou o dinheiro roubado do povo, recebe aposentadoria. A reforma política precisa acabar com esta situação vergonhosa, limitando a aposentadoria de qualquer corrupto ao valor máximo de um salário mínimo⁵⁶

3.3. REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO

A primeira medida que deve ser adotada no âmbito do Poder Judiciário e que inclusive já foi exposta anteriormente é a mudança no procedimento de indicação dos Ministros do STF. Dessa forma, deveria ser utilizado um modelo que permitisse a participação efetiva dos três poderes no momento da escolha de um Ministro, possibilitando que seja feito um debate mais aprofundado e diversificado a respeito dos indivíduos que terão a possibilidade de assumir um cargo na Suprema Corte.

Uma outra medida que também poderia ser utilizada é a informatização de todos os procedimentos realizados no âmbito do Poder Judiciário. Dessa maneira, haveria uma maior celeridade em sua tramitação, tendo em vista que eles poderiam ser acessados em qualquer lugar do País, não necessitando de se proceder a sua remessa para tanto. Neste aspecto, vale destacar que algumas iniciativas já foram tomadas, como a lei de informatização do processo judicial⁵⁷, que tem repercutido positivamente entre os operadores do direito.

Entretanto, em que pese esse avanço, ainda é possível se fazer mais em busca de celeridade e eficiência para o Poder Judiciário. Dessa forma, uma alternativa que deveria ser utilizada é a realização de consultorias com empresas do setor de desenvolvimento de softwares, com o objetivo de criar programas de computador que sejam capazes de substituir os procedimentos repetitivos e estritamente técnicos.

Cumprе destacar que a finalidade da aplicação dessa proposta não é extinguir o trabalho desempenhado pelos técnicos, mas sim fazer com que eles se dediquem as funções de maior complexidade e que demandem uma avaliação mais subjetiva dos fatos, deixando a cargo da tecnologia a realização das atividades mais simples e mecânicas. Dessa maneira, em um cenário de corte de gastos e enxugamento da máquina pública, as soluções tecnológicas aparecem como um caminho totalmente viável.

Para se ter uma ideia de que propostas como essa, que visam dar mais praticidade e celeridade ao Poder Judiciário, precisam ser adotadas o mais rápido

⁵⁷BRASIL. Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006. **Dispõe sobre a informatização do processo judicial.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11419.htm>. Acesso em 01 de mar.2018

possível, no Brasil, um processo leva em média 4 anos 4 meses para ser sentenciado na Primeira Instância ⁵⁸. Dessa maneira, em muitos casos que envolvem mais urgência, como nas ações que pleiteiam medicamentos ou tratamento de saúde por exemplo, o resultado útil do processo se resume a concessão de uma tutela provisória, sem a qual o autor poderia ter que esperar durante muito tempo até obter uma sentença, podendo inclusive vir a óbito no curso do processo.

Também pode ser adotada uma reforma no sentido de cortar algumas das verbas disponibilizadas principalmente para o primeiro escalão do Judiciário. Dessa maneira, apesar de muitos Magistrados e Promotores defenderem o uso desses recursos como uma complementação do seu salário, tendo em vista a falta de reajuste, um erro não pode servir como justificativa para outro. Assim, essas verbas deveriam ser cortadas para economizar gastos e os salários reajustados adequadamente.

Um fato que comprova a necessidade da aplicação de medidas como essa é o aumento dos gastos com auxílio moradia nos últimos anos, devido a uma liminar concedida em 2013 pelo Ministro do STF Luiz Fux, que decidiu estender esse benefício para todos os Magistrados, inclusive aqueles que possuem residência própria no lugar onde trabalham ⁵⁹. Como se não bastasse, a liminar ainda foi usada como pretexto para estender o benefício ao Ministério Público e Defensoria Pública.

Dessa maneira, considerando o expressivo aumento no número de beneficiários, os gastos da União com auxílio moradia saltaram de R\$ 294,5 milhões em 2013, ano anterior a decisão liminar, para R\$ 814,2 milhões em 2017⁶⁰. Em

⁵⁸ BRETAS, Valéria. **Quanto tempo a Justiça do Brasil leva para julgar um processo ?**.Disponível em:<<https://exame.abril.com.br/brasil/quanto-tempo-a-justica-do-brasil-leva-para-julgar-umprocesso/>>. Acesso em 14 de mar.2018.

⁵⁹ SARDINHA, Edson. **Gastos da União com Auxílio Moradia Disparam e bancariam 18 milhões de benefícios do bolsa família**.Disponível em: < http://m.congressoemfoco.uol.com.br/noticias/gastos-da-uniao-com-auxilio-moradia-disparam-ebancariam-18-milhoes-de-beneficios-do-bolsa-familia/?utm_source=www.google.com.br&utm_medium=referral&utm_campaign=mobile-redirect>. Acesso em 15 de mar. 2018

⁶⁰ SARDINHA, Edson. **Gastos da União com Auxílio Moradia Disparam e bancariam 18 milhões de benefícios do bolsa família**.Disponível em: < http://m.congressoemfoco.uol.com.br/noticias/gastos-da-uniao-com-auxilio-moradia-disparam-ebancariam-18-milhoes-de-beneficios-do-bolsa-familia/?utm_source=www.google.com.br&utm_medium=referral&utm_campaign=mobile-redirect>. Acesso em 15 de mar. 2018

reportagem publicada no site Congresso em Foco, o jornalista Edson Sardinha afirmou que:

Na prática, a medida vale como complemento salarial disfarçado para juízes, promotores e procuradores. É também uma forma de fugir do teto constitucional no serviço público, que hoje é de R\$ 33,7 mil, vencimento de um ministro do Supremo Tribunal Federal. Benefícios considerados de natureza indenizatória estão fora do limite imposto pela Constituição. Isso vale até para os próprios ministros do Supremo, que já têm direito a ocupar imóvel funcional.⁶¹

Dessa forma, tomando como base somente as informações a respeito do auxílio moradia, o que se pode observar é que o uso do benefício tem sido feito de uma maneira completamente errônea e até mesmo antiética. Por isso, o seu corte mostra-se não só como uma opção, mas sim como uma necessidade a fim de que os recursos que hoje são utilizados para custear esses auxílios sejam destinados para financiar políticas públicas de qualidade.

Em relação ao Poder Legislativo, foi feita uma crítica sobre a sua baixa produtividade, no Judiciário, apesar de muitos locais terem um desempenho excelente, o resultado do trabalho feito pelos juristas, em termos mais gerais, ainda deixa a desejar. Dessa maneira, deveriam ser realizadas fiscalizações mais profundas e com maior periodicidade por parte do Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de identificar lugares que tenham uma produção muito abaixo da média, a fim de que seja tomada alguma providência.

Dentro desse contexto, os mecanismos de avaliação de desempenho e de promoção da competitividade usados pelo setor privado também poderiam ser aproveitados, a fim de que os funcionários públicos sejam motivados a produzir cada vez mais e melhor.

A contratação de mais técnicos e analistas também é uma medida que precisa ser tomada com urgência, considerando o grande déficit desses profissionais em praticamente todas as comarcas e subseções do País. Dessa maneira, os gastos feitos a partir do orçamento do Judiciário devem ser revistos, com o objetivo de liberar mais verbas para a criação de cargos públicos e realização de concursos.

⁶¹ SARDINHA, Edson. **Gastos da União com Auxílio Moradia Disparam e bancariam 18 milhões de benefícios do bolsa família.** Disponível em: < http://m.congressoemfoco.uol.com.br/noticiasastoda-uniao-com--auxilio--moradia--disparam--ebancariam--18--milhoes-de--beneficios--do--bolsa-familia/?utm_source=www.google.com.br&utm_medium=referral&utm_campaign=mobile-redirect>. Acesso em 15 de mar. 2018

3.4. REFORMA DO SISTEMA ELEITORAL

Em relação ao sistema eleitoral, a primeira medida a ser tomada é extinguir o financiamento privado de campanha, tendo em vista que esse sistema favorece a troca de favores entre empresários e políticos, criando um ambiente muito propício para a proliferação da corrupção. Dessa maneira, deveria ser criado um fundo partidário para financiamento de campanhas, de modo que os candidatos sacariam um valor que seria distribuído equitativamente entre eles e também de acordo com o cargo ao qual estiverem concorrendo.

A fiscalização do uso desses recursos ficaria a cargo da Justiça Eleitoral, sendo que todos os candidatos deverão fazer sua prestação de contas, delimitando a forma como gastaram o dinheiro. A aplicação dessa proposta seria benéfica por dar oportunidades iguais para os candidatos, além de facilitar o combate à corrupção, pois bastaria se fazer uma comparação entre o valor recebido e a dimensão da campanha, para se levantar alguma suspeita de irregularidade.

Se for constatado algum crime cometido pelo candidato, o mesmo deverá ser severamente punido com a cassação do seu mandato e também lhe será vedado disputar os dois pleitos seguintes. Nesse sentido, José Antônio Reguffe afirma que:

A Reforma Republicana não surtirá efeito se o sistema for tolerante com gastos acima do limite e com o uso de caixa dois. A simples constatação desses crimes eleitorais deve bastar para a cassação do infrator e a proibição dele de disputar as duas eleições seguintes⁶²

Outra medida que também poderia ser aplicada é a limitação do horário eleitoral apenas as falas e debates entre os candidatos.⁶³ Dessa forma, o tempo de televisão e rádio não seria utilizado para expor músicas e vídeos repetitivos cheios de propagandas, mas sim para mostrar as ideias e pontos de vista defendidos pelos candidatos, de modo a facilitar o processo de escolha por parte do eleitor.

Também poderia ser utilizada uma medida no sentido de dividir as vagas entre políticos eleitos pelo voto distrital e candidatos eleitos pelos votos do seu

⁶²REGUFFE, José Antônio. **Reforma Política Republicana**, 2011. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senador/cristovambuarque/arquivos/Reforma%20Politica2Republicana.pdf>>. Acesso em 02 de mar. 2018

⁶³REGUFFE, José Antônio. **Reforma Política Republicana**, 2011. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senador/cristovambuarque/arquivos/Reforma%20Politica2Republicana.pdf>>. Acesso em 02 de mar. 2018

Estado ou até mesmo do País, visando dessa maneira melhorar a representatividade da população no Poder Legislativo. Dessa forma, 40 % dos deputados estaduais e federais seriam eleitos de acordo com o voto do seu distrito, 60 % dos deputados estaduais e 50 % dos deputados federais seriam eleitos pelos votos do Estado e 10 % dos deputados federais seriam eleitos pelos votos a nível Nacional.⁶⁴

No que diz respeito as eleições para o cargo de vereador, considerando que os seus eleitores geralmente estão localizados em uma mesma região da cidade, a melhor maneira de elegê-los seria por meio do voto distrital. Dessa forma, considerando que geralmente os temas debatidos pelos candidatos são sobretudo referentes a questões locais, a melhor forma de organiza-los seria dividindo a cidade em distritos, sendo que cada um escolheria o seu representante.⁶⁵

Outra medida também muito interessante é a proibição de mais de uma reeleição consecutiva para a Câmara e o Senado. O objetivo dessa reforma seria impedir a profissionalização da política, tendo em vista que o Congresso Nacional não pode ser visto como uma oportunidade de carreira, mas sim como uma função pública de extrema relevância. Dessa maneira, ao serem eleitos, os legisladores se preocupariam principalmente em fazer algo em prol do bem comum e não somente em suas infundáveis reeleições.⁶⁶

Em um cenário onde a maioria dos partidos políticos já perdeu suas características ideológicas e programáticas, deixando de ser uma via atraente para atender aos anseios da sociedade, uma proposta que poderia ser adotada é a permissão de candidaturas avulsas, ou seja, independentes de filiação partidária. Dessa maneira, muitas pessoas que possuem interesse em entrar para a política, mas que não se identificam com nenhum partido, poderiam lançar as suas próprias candidaturas sem ter que se vincular a nenhuma sigla, de modo que haveria uma

⁶⁴REGUFFE, José Antônio. **Reforma Política Republicana**,2011. Disponível em:<http://www.senado.gov.br/senadores/senador/cristovambuarque/arquivos/Reforma%20Politica2Republicana.pdf>>. Acesso em 02 de mar.2018

⁶⁵REGUFFE, José Antônio. **Reforma Política Republicana**,2011. Disponível em:<http://www.senado.gov.br/senadores/senador/cristovambuarque/arquivos/Reforma%20Politica2Republicana.pdf>>. Acesso em 02 de mar.2018

⁶⁶REGUFFE, José Antônio. **Reforma Política Republicana**,2011. Disponível em:<http://www.senado.gov.br/senadores/senador/cristovambuarque/arquivos/Reforma%20Politica2Republicana.pdf>>. Acesso em 02 de mar.2018

maior autonomia dentro do sistema, algo imprescindível para o seu crescimento e evolução.

Um outro problema que também precisa ser resolvido por meio de uma profunda reforma no sistema eleitoral é o da formação de alianças entre os partidos políticos com o objetivo de lançar candidatos para os cargos mais importantes. Dessa forma, tendo em vista o pequeno número de opções para escolher, o eleitorado fica muito polarizado, algo que além de ser antidemocrático torna o debate político muito radical e até mesmo ofensivo, principalmente nas mídias sociais. Dessa maneira, a proibição da formação desses verdadeiros conglomerados partidários permitiria um número grande de candidaturas e, portanto, um debate muito mais profundo, diversificado e equilibrado entre os candidatos.⁶⁷

Uma medida que na verdade está mais relacionada ao processo penal do que o eleitoral, mas que também é extremamente necessária, seria tratar a corrupção como um crime hediondo.⁶⁸ Dessa forma, os políticos seriam submetidos a uma lei com um procedimento muito mais severo, de modo que isso diminuiria a sensação de impunidade, um dos maiores motivos de se terem tantos corruptos no âmbito dos três poderes.

A adoção dessa proposta mostra-se necessária pois a corrupção afeta de uma maneira muito profunda o desenvolvimento do País e a execução eficiente das políticas públicas. Para se ter uma noção, esse crime é responsável pela perda de 2,3 % do PIB nacional e somente no âmbito da operação Lava Jato, já foram recuperados R\$ 10 bilhões que haviam sido desviados dos cofres públicos, algo que mostra as dimensões colossais em que essa conduta criminosa é praticada no Brasil.⁶⁹

Também pode ser tomada uma medida no sentido de punir com a perda do mandato os políticos que não cumprirem com a regra já existente que impede a

⁶⁷REGUFFE, José Antônio. **Reforma Política Republicana**, 2011. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senador/cristovambuarque/arquivos/Reforma%20Politica2Republicana.pdf>. Acesso em 02 de mar. 2018

⁶⁸ BRASIL. Lei nº 8.072 de 25 de julho de 1990. **Dispõe sobre os crimes hediondos**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8072.htm >. Acesso em 03 de mar. 2018

⁶⁹ SEIXAS, Beatriz. **Saiba qual é o preço da Corrupção no Brasil**, 2017. Disponível em : <<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/economia/2017/05/saiba-qual-e-o-preco-da-corruptcao-no-brasil-1014059906.html>>. Acesso em 15 de mar. 2018

propriedade dos meios de comunicação.⁷⁰ Dessa maneira, se evitaria que os congressistas fizessem uso da mídia para sua promoção pessoal, de modo a proteger os eleitores contra os seus apelos meramente publicitários, divulgados fora do período de campanha.

Ainda tratando a respeito dessa medida, o certo a se fazer é limitar a publicidade governamental apenas as questões relacionadas à prestação de serviços públicos, que devido a sua natureza, precisam ter o conhecimento por parte de toda a sociedade.⁷¹ Dessa maneira, o Estado divulgaria informações sobre as suas realizações de uma maneira totalmente imparcial e objetiva, visando muito mais a prestação de contas perante a população do que a promoção pessoal de algum político, em respeito aos princípios da Moralidade e Impessoalidade.

Outra medida que poderia ser aplicada é a cassação do mandato dos prefeitos e governadores que por sua má administração causassem a falência dos serviços públicos mais fundamentais como saúde, educação e segurança pública por exemplo. Dessa forma, caso o chefe do executivo naquele ente federativo venha a ser diretamente responsabilizado pela piora de alguma política pública devido a sua negligência, imperícia ou imprudência, seu mandato deverá ser cassado e um procedimento investigativo também será aberto no Ministério Público a fim de verificar se isso ocorreu devido a desvios de verba ou qualquer outro tipo de irregularidade.

Por fim, em relação as reformas eleitorais, uma medida muito necessária, seria o ensino do processo eleitoral e da importância da política nas escolas públicas. Dessa maneira, os jovens que no futuro elegerão os próximos membros dos poderes Executivo e Legislativo, poderiam adquirir todo o conhecimento necessário para escolher melhor seus representantes, de modo que eles façam um bom trabalho e de forma eficiente, célere e honesta.

⁷⁰REGUFFE, José Antônio. **Reforma Política Republicana**,2011. Disponível em:<http://www.senado.gov.br/senadores/senador/cristovambuarque/arquivos/Reforma%20Politica2Republicana.pdf>>. Acesso em 02 de mar.2018

⁷¹REGUFFE, José Antônio. **Reforma Política Republicana**,2011. Disponível em:<http://www.senado.gov.br/senadores/senador/cristovambuarque/arquivos/Reforma%20Politica2Republicana.pdf>>. Acesso em 03 de mar.2018

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando tudo o que foi exposto nesta Monografia, o primeiro fato que se pode observar é que a atual crise política e econômica pela qual o Brasil está passando, não é apenas um evento isolado, mas sim, o resultado do agravamento de um conjunto de problemas que se formaram ao longo da própria história do País.

Tudo começou no período colonial, quando Portugal submeteu o Brasil a um rígido sistema de controle, de modo que todo o poder político e econômico ficava concentrado nas mãos de poucos indivíduos, algo que se mostraria extremamente nocivo para o desenvolvimento do País, durante os séculos seguintes.

Mesmo com a independência, o Brasil passou apenas por uma mudança no seu plano político externo, se desvinculando da Coroa Portuguesa, entretanto, não se realizou nenhuma grande modificação na forma como a sua sociedade havia se estruturado. Dessa maneira, apesar de ter se transformado de Colônia para nação independente, o povo brasileiro continuou com os mesmos problemas de sempre, com destaque para a desigualdade social e o acúmulo de atribuições e recursos financeiros na figura do Imperador e de sua corte.

Com o advento da República, novos atores entram em cena no cenário político brasileiro, contudo, as reformas necessárias para mudar a realidade do País são simplesmente descartadas ou adiadas. Dessa maneira, a ordem chega para todos e o progresso apenas para alguns privilegiados.

Dessa forma, a República não demorou muito tempo para perder a sua estabilidade, de modo que durante um longo período de sua história, o Brasil teve que intercalar os seus governos entre democracias fragilizadas e ditaduras cruéis, expondo as parcelas mais vulneráveis da sociedade a todos os tipos de mazelas e violências possíveis.

Durante esse período, ainda cumpre destacar que os motivos responsáveis pelas crises brasileiras estiveram presentes de uma maneira marcante, ora destruindo as democracias, ora desestabilizando as ditaduras, mas sempre deixando o País completamente envolto em um caos sem fim.

Após passar pela mais autoritária ditadura de sua história, que durou um total de 21 anos, o Brasil se viu na obrigação de finalmente colocar em prática a implantação de um verdadeiro Estado Democrático de Direito. Dessa maneira, em 1988 é promulgada uma nova Constituição, que foi um grande marco para o povo brasileiro, por finalmente estabelecer um vasto sistema de garantias de direitos para todos os cidadãos.

Nesse momento, alguns dos fatores provocadores das crises do Brasil perdem força, entretanto, outros surgem em seu lugar para desafiar a subsistência da jovem democracia brasileira. Dessa maneira, o País deixa para trás o seu passado colonial, imperial e ditatorial, mas enfrenta em seu caminho outros obstáculos como a corrupção, os conflitos entre Executivo e Legislativo e os problemas socioeconômicos.

Dentro desse contexto, durante o Governo Dilma, o País enfrentou sem sucesso todas essas questões, o que levou o Brasil a um agravamento de sua situação política e econômica, tanto no seu âmbito interno quanto no externo. A partir desse momento, a tomada do poder se tornou a única alternativa de salvação para alguns setores da sociedade, o que ocorreu por meio do impeachment da Presidente.

Desde então, a chefia do País está sob a responsabilidade de Michel Temer, que tem procurado maneiras de solucionar os problemas que afligem a nação por meio de suas reformas. Contudo, o que se pode verificar é que modificações isoladas, seja nas leis trabalhistas ou no regime previdenciário, não podem por si só resolver uma crise que tem como seu epicentro os próprios poderes da República. Dessa forma, uma ampla reforma política e eleitoral não se mostra apenas como uma alternativa, mas sim como uma via obrigatória para que o Brasil consiga sair da crise.

Dessa maneira, algumas medidas precisam ser tomadas e em relação ao Poder Executivo, é necessário se extinguir a reeleição, forçando o Presidente a trabalhar de forma mais rápida e eficaz para conseguir algum resultado; mudar o processo de escolha dos Ministros do STF e dos Tribunais de Contas, visando dar mais objetividade e imparcialidade a esses órgãos; limitar os institutos que a

Presidência usa de modo totalmente irresponsável, como as medidas provisórias por exemplo, além de outras modificações.

No que diz respeito ao Poder Legislativo, é preciso aumentar a sua produtividade; melhorar a sua relação com o eleitorado, aproximando-o da população, principalmente dos mais necessitados; cortar os seus privilégios; impedir seus aumentos abusivos; melhorar a sua transparência; facilitar a sua fiscalização por parte da sociedade e punir severamente a sua corrupção, considerando-a como crime hediondo.

Quanto ao Poder Judiciário, é necessário fomentar a sua produtividade por meio de iniciativas como o uso de novas tecnologias por exemplo. Dessa maneira, procedimentos simples e repetitivos que atualmente precisam ser feitos com o uso de técnicos e analistas, poderão ser substituídos pela utilização de softwares. Além disso, também se faz necessário o corte de privilégios, com a ressalva de que sejam feitos os devidos reajustes nos salários dos juristas.

Por fim, em relação ao sistema eleitoral, as principais mudanças necessárias são a extinção do financiamento privado de campanha; a proibição das propagandas partidárias fora do período das eleições; a limitação do horário eleitoral as falas e debates dos candidatos; a cassação do mandato do chefe do Executivo que fizer uma má administração e a conscientização dos jovens estudantes brasileiros sobre a importância do seu voto para mudar a realidade do País.

Dessa maneira, considerando todo o exposto é possível concluir que a atual crise brasileira foi causada por fatores que já estão presentes no Brasil há bastante tempo, de modo que o único meio de os arrancar de dentro das instituições nacionais é por meio de uma profunda e ampla reforma política e eleitoral.

5-REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Daniel Lima de. **História do Brasil**.1ª Edição. Brasília: FUNAG, 2013.

BBC Brasil. **De aprovação recorde ao impeachment: relembre os principais momentos do governo Dilma**, 2016. Disponível em :< <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37207258/>>. Último acesso em: 04 de mar. 2018.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**.7ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2004.p.93

BRASIL. **Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006**. Dispõe sobre a informatização do processo judicial. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/_ato2004-2006/2006/lei/l11419.htm>. Último acesso em 04 de mar.2018

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm>. Acesso em 01 de mar.2018.

BRASIL. **Lei Complementar nº: 135, de 4 de junho de 2010**. Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp135.htm>. Acesso em 01 de mar.2018.

BRASIL. Lei nº 8.072 de 25 de julho de 1990. **Dispõe sobre os crimes hediondos**. Disponível em:< [http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8072 .htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8072.htm)>. Acesso em 03 de mar.2018

BRETAS, Valéria. **Quanto tempo a Justiça do Brasil leva para julgar um processo?**.Disponível em:<<https://exame.abril.com.br/brasil/quanto-tempo-a-justica-do-brasil-leva-para-julgar-umprocesso/>>. Acesso em 14 de mar.2018.

BUARQUE, Cristovam. **Reforma Política Republicana**, 2011. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senador/cristovambuarque/boletim//Reforma%20Pol%C3%ADtica%20Republicana.pdf>. Acesso em 11 de mar.2018

COIMBRA JR, Carlos Everaldo Alvares; SANTOS, Ricardo Ventura. **Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil**. Ciência Saúde Coletiva, 2000.

Equipe Gran Cursos Online. **Concurso para Ministros do STF, STJ, TCU e de Conselheiros dos Tribunais! Você concorda ?**, 2016. Disponível em :< <https://blog.grancursosonline.com.br//concurso--para--ministro--do--stf--conselheiros--dos-tribunais-voce-concorda/>>. Acesso em 11 de mar. 2018.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

Globo.com/G1. **Brasil enfrenta pior crise já registrada poucos anos após um boom econômico**, 2017. Disponível em :<<https://g1.Globo.com//economia/noticia/br-enfrenta--pior-crise-ja--registrada--apos--boom--economico.html>>. Acesso em: 08 de mar. 2018

GONÇALVES, Manuela de Oliveira. **Da Medida Provisória**, 2016. Disponível em :<http://www.ambitojuridico.com.br//site//index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3959>. Acesso em 11 de mar. 2018

Governo do Brasil. **Liberação do saque das contas inativas do FGTS alivia o bolso de 30 milhões de brasileiros**, 2017. Disponível em :<<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego//2017/05//liberacao-do-saque-inativas-do-fgts-alivia-o-bolso-de-30-mi-brasileiros>>. Acesso em: 11 de mar. 2018.

HOBBS, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.p. 179

MATOSO, Filipe. **1 Ano do Governo Temer**, 2017. Disponível em :<<http://especiais.g1.globo.com/politica/2017/1-ano--do--governo--do--presidente--michel-temer/>>. Acesso em 13 de fev. 2018.

MATTOSO, Camila; BRAGON, Ranier. **Congressistas tem Imóvel e auxílio-moradia**, 2018. Disponível em :<<https://www1.folha.uol.com.br//poder/2018/02/congressistas-tem-imovel-e-auxilio-moradia.shtml>>. Acesso em 13 de mar. 2018

ONUBR. **Indígenas, negros e mulheres são mais afetados por pobreza e desemprego no Brasil, diz CEPAL, 2016.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/indigenas-negros-e-mulheres-sao-mais-afetados-pobreza-e-desemprego-no-brasil-diz-cepal/>>. Acesso em: 08 de mar. 2018.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. **Produção Legislativa em 2017: grande e ruim,** 2018. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/27807producao-legislativagrande-e-ruim>>. Acesso em 11 de mar. 2018.

RIBEIRO, Lúcio Ronaldo Pereira. **Teoria da Separação dos poderes.** Disponível: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=>. Acesso em 03 de mar. 2018.

SARDINHA, Edson. **Gastos da União com Auxílio Moradia Disparam e bancariam 18 milhões de benefícios do bolsa família.** Disponível em: <http://m.congressoemfoco.uol.com.br/noticias/gastosmoradm=source=www.Google.com.br&utm_medium=referral&utm_campaign=mobile-redirect>. Acesso em 15 de mar. 2018

SEIXAS, Beatriz. **Saiba qual é o preço da Corrupção no Brasil,** 2017. Disponível em :<<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/economia/2017/05/saiba-qual-e-o-preco-da-corrupcao-no-brasil-1014059906.html>>. Acesso em 15 de mar. 2018